



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 091

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 091

83ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Horário das Lideranças:	
Liderança da Oposição	
Dep. Elio Rusch	03
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
3ª Discussão	04

2ª Discussão	04
Encerramento da Sessão	04
Publicações:	
Atas de Comissão	
Finanças	04
Publicações Administrativas:	
Diretoria Geral	
Despachos	12
Resumo do Pregão	13
Audiência Pública:	
Comissão de Constituição e Justiça	
Reforma Tributária	14

DIÁRIO Nº 091

83ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezesseis horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio

Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Plauto Miró e Reni Pereira (12).

Em licença a Sra. Deputada Rosane Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada de quinta-feira, dia 07, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2ª SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no horário do Pequeno e Grande Expedientes.

Horário das Lideranças:

No Horário das Lideranças, concedo a palavra no horário da Liderança da Oposição ao novo Líder, Elio Lino Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero mais uma vez agradecer ao Deputado Valdir Rossoni, que hoje oficialmente faz a comunicação à Casa que se licencia da Liderança da Oposição e dizer que somos Líder da Oposição. Estamos na Liderança, mas Líderes todos são, toda a Bancada da Oposição, junto conosco, junto com o Deputado Valdir Rossoni, os Deputados que integram a Bancada, todos seremos Líderes da Oposição. Iremos exercer o papel, alguém tem que exercer a função, mas quero compartilhar essa Liderança com todos os nossos Pares e procurar o bom entendimento com a Liderança do Governo.

Quero aproveitar já a oportunidade, aquilo que já falamos na semana passada, ontem, anteontem, em relação a COHAPAR. Pedimos ao Líder do Governo se ele consegue trazer para nós as informações em relação a COHAPAR sobre a sua situação econômica, se isso é verdadeiro. Se ele puder trazer para nós essas informações sem a necessidade de fazermos um pedido de informações oficial, daí aguardamos as informações, caso contrário, temos que oficializar, porque o próprio Deputado Douglas Fabrício, ontem, já levantou a questão que a COHAPAR estaria em débito com algumas empresas na região de Campo Mourão.

Para que não venhamos a cometer nenhuma injustiça e nenhuma acusação infundada, esperamos que o Líder do Governo possa trazer as informações para esta Casa. Se não trouxer, vamos fazer via documento.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Sobre a COHAPAR, cada vez que ouço falar em COHAPAR, Presidente Nelson Justus, V. Exa. que como eu tive o privilégio de fazer a gestão da política educacional do estado do Paraná, cada vez que ouve, também sente-se atingido, no sentido de poder, de fato, ver o que está acontecendo.

Deputado Elio Rusch, como há uma subjetividade nas suas afirmações no sentido que não consigo determinar exatamente o que V. Exa. quer como informações, eu preferiria que V. Exa. pudesse formular um pedido de informações, que se for o caso não precisa nem ser aprovado pelo Plenário, vamos encaminhar via Liderança do Governo, para que possa a COHAPAR responder de forma pontual aquilo que são dúvidas de V. Exa. Porque

nós sabemos, há muitas desinformações, nos blogs, nos jornais, claro, é necessário que se esclareça à opinião pública, especialmente V. Exa. como Líder da Oposição, tem o dever e o direito de buscar esses esclarecimentos. Mas prefiro, de fato, que V. Exa. formalize, para que possamos obter uma resposta objetiva daquilo que são dúvidas e indagações que V. Exa. formula, como formulou o Deputado Douglas Fabrício. Entendo, para mim, como ex-Presidente da COHAPAR, eu me sentiria mais confortável se esses temas fossem tratados formalmente, um pedido de informações, ou poder ser aprovado pelo Plenário, acho que é desnecessário, ou pode ser encaminhado para a Liderança do Governo e, certamente, as respostas serão oferecidas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Fiz essa colocação, Deputado Romanelli, porque há questão de três meses, quando levantamos aqui na tribuna a situação econômica da COHAPAR, e V. Exa. trouxe prontamente um documento da COHAPAR afirmando que todas essas dívidas seriam sanadas no máximo até o final daquele mês. Agora a informação que temos é que as dívidas continuam, e como V. Exa. foi tão gentil naquela ocasião, e muitas vezes quando apresentamos o pedido de informações, V. Exa. solicita que seja retirado, que as informações poderiam vir via Liderança do Governo.

Então, estão fazendo dessa forma também, mas já que V. Exa. solicita e diz que melhor seria o pedido de informações, acredito que como Líder do Governo e o perfeito relacionamento que o senhor tem com o Deputado Rafael Greca, que lhe sucedeu na COHAPAR, poderia de repente com um telefonema, algum documento, rapidamente informar. Mas, V. Exa. disse que nada melhor que formalizar através de documento, vamos fazer dessa forma na semana que vem, a nossa assessoria vai formular esse pedido de informações à COHAPAR, até para saber a situação, como é que está a COHAPAR, se ela deve ou não deve. Como estão os seus conjuntos habitacionais, que estão em construção? Existe algum parado, ou estão paralisados? Existe aquele conjunto que foi anunciado aqui pela Ministra Dilma, quando esteve aqui em Curitiba há questão de alguns meses? A construção de 1.000 casas em um determinado conjunto aqui em Curitiba, isso já iniciou, ou não? Por que não? Então, essas são as informações importantes que precisamos ter. Mas se o Líder do Governo sugere à Liderança da Oposição para que formalizemos através de documentos, vamos fazer dessa forma.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria dizer ao Deputado Elio Rusch que da tribuna ele teceu algumas considerações. Posso pegar as notas taquigráficas do que ele falou e enviar ao Presidente da COHAPAR, Rafael Greca, e ele responderá pontualmente aquilo que ele perguntou da tribuna. Mas,

ouvi o seu pronunciamento, consultei a assessoria da Liderança do Governo e reconheço que V. Exa. formou um juízo de valor e há, na verdade, uma subjetividade na sua análise.

Bom, em face desse tema ser um tema que, na minha avaliação, tem que ser tratado de forma muito responsável, e V. Exa. sempre o faz dessa forma, o que eu solicitei? Que V. Exa. pudesse fazer esse pedido de informações por escrito e que não há necessidade de ser aprovado aqui pelo Plenário, mas via Liderança do Governo solicito ao Rafael Greca e ele, certamente, prontamente, oferecerá todas as respostas às perguntas que V. Exa. formular. É um ex-Parlamentar tanto na esfera estadual quanto federal, tem conhecimento de como funciona o Parlamento e é ele que terá, efetivamente, o desejo de prestar os esclarecimentos necessários.

Então, peço que formalize, encaminhemos via Liderança do Governo e vamos aguardar a resposta do Rafael Greca.

Era isso, Deputado Elio Rusch.

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 850/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem e fornecerem guardanapos e canudos de plástico individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVES DA CCJ, CDHCDC E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda aprovada em 2ª discussão. **Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga a apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartão de crédito, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVES DA CCJ e CDHCDC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre o plano de erradicação e substituição de árvores da espécie Murta em todo o estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Guilberto Minguetti, professor da Universidade Federal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Antes de encerrar a Sessão, gostaria apenas de convidar todos os Srs. Deputados para a Sessão Solene de amanhã, às 17h, de entrega do título de Cidadão Honorário ao Dr. William Soto Santiago, por proposição do Deputado Luiz Fernandes Litro.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 326 e 850/07; 020, 090, 192 e 250/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 274 e 287/08; e do Projeto de Resolução nº 015/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presi-

dência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elton Welter, Reni Pereira, Luiz Nishimori e Duílio Genari. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Reni Pereira solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 777/07, de autoria da Bancada do PT, que torna obrigatória a comunicação dos repasses financeiros estaduais para os municípios, às respectivas Câmaras Municipais e a disponibilização na internet, de informações sobre as atividades da Administração Pública, sobre o título Paraná Transparente e dá outras providências. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Reni Pereira. 02) Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caito Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228, de 18/07/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais – FUNARPEN. Relator Deputado Elton Welter. Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão e votação, tendo em vista que minha assessoria está a caminho com o projeto citado. O Sr. Presidente defere, informando que passaremos ao item 03 da pauta, o Projeto de Lei nº 806/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe que seja discriminado no convite e na mídia de divulgação de eventos beneficentes, o nome da entidade e o percentual destinado à mesma. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Presidente informa aos demais membros da comissão que existem alguns projetos em diligência aos autores, porém, as informações solicitadas não foram enviadas. Diante disso, propõe que seja encaminhado expediente aos autores, no sentido de que se manifestem em relação as informações solicitadas anteriormente. Caso não haja manifestação, serão os projetos incluídos na pauta da próxima reunião. O Deputado Reni Pereira pede a palavra para ressaltar que a mais de 60 dias foi solicitado ao DETRAN pedido de informações sobre o Projeto de Lei nº 771/07 que trata das taxas e que até a presente data não houve nenhum encaminhamento. Nesse sentido, solicita a reiteração do pedido. Colocadas as propostas em votação, foram às mesmas aprovadas por unanimidade. Passamos agora a discussão e votação do item 02 da pauta, o Projeto de Lei nº 836/07, já anteriormente mencionado. Com a palavra o Relator da matéria Deputado Elton Welter. Após a leitura do parecer, propõe o Relator a oitiva dos Registradores Naturais e os Escrivães das Varas de Família. Em discussão a proposta do Relator. Deputado Reni Pereira se diz também preocupado, e entende ser prudente a proposta do Relator, apesar de não se tratar de recursos oriundo do tesouro estadual. Em votação, aprovado por

unanimidade. Ficando ainda, estabelecido que a relatoria determinará à assessoria da Comissão os demais órgãos e entidades afetos ao Projeto que deverão ser ouvidos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte sete dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões da Presidência desta Casa de Leis, às 13h30, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elton Welter, Reni Pereira, Luiz Nishimori, Antonio Belinati, Elio Rusch, Caito Quintana e Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos. Informando que a pauta do dia é a discussão do Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228, de 18/07/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais – FUNARPEN. Para tanto, contamos com as presenças do Sr. Robert Jonczyk - Presidente do FUNARPEN, acompanhado do Sr. Arion Toledo Cavaleiro Júnior – Diretor do Conselho do FUNARPEN; Dr. Alberto de Paula Machado - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná, acompanhado do Sr. Manoel Daher – Presidente da Caixa de Assistência do Paraná; Dr. Carlos Dirceu de Massolini Pacheco – Representante das Varas de Família e ainda o Sr. Mario Martinelli – Assessor da Presidência da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná - ANOREG. Na seqüência, o Sr. Presidente solicita ao autor do projeto Deputado Caíto Quintana, que discorra sobre o tema da reunião. Em seguida, fez uso da palavra o Relator da matéria, Deputado Elton Welter. Logo após, a presidência abriu espaço para que os convidados fizessem suas explanações, bem como, respondessem as indagações dos Srs. Deputados. Terminado o debate proposto, o Sr. Deputado Reni Pereira solicita deliberação a respeito de expediente que deverá ser enviado ao FUNARPEN, pelo qual requer a planilha de arrecadação e repasses financeiros do referido órgão. O Sr. Presidente coloca em votação, sendo o mesmo aprovado. Encerrando a presente reunião a presidência, deixa clara a complexidade do tema, ressaltando a necessidade de se buscar mais informações para melhor embasar a proposta para ser votada posteriormente.

A reunião transcorreu conforme as notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões desta Casa de Leis, às 10h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elton Welter, Reni Pereira, Duílio Genari, Antonio Belinati, Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos. Na sequência, informamos que o item um da pauta é o Projeto de Lei nº 001/08, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 001/08, que dispõe que as quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de perícia oficial, do Quadro Próprio dos peritos oficiais do Estado do Paraná – QPPO, previstas nos anexos I e II da Lei nº 14678, de 06 de abril de 2005, ficam alteradas na forma que especifica. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Gostaria ainda, de informar aos presentes que temos a honra de receber o Sr. Coronel Almir Porcides Junior, Interventor do Instituto Médico Legal, que vem nos trazer informações e dados sobre o IML, e também falar da importância da aprovação deste Projeto de Lei. O Coronel vem acompanhado do Tenente Mario Sergio Garcez da Silva e da Sra. Celina Chypior, Chefe Administrativa do IML. A seguir, a presidência abriu espaço para que os convidados fizessem suas explanações, bem como, respondessem as indagações dos Srs. Deputados. Terminado o debate proposto, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos convidados, comunicando que podem ficar a vontade, para retirarem-se ou então podem ficar para acompanhar o restante das discussões e votações das matérias em pauta. Com a palavra o Relator da matéria, Deputado Dobrandino da Silva informando que ficou satisfeito com as explicações dos convidados e apresenta seu Parecer FAVORÁVEL, o qual foi APROVADO, por unanimidade. 02) Projeto de Lei nº 043/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos na forma que menciona. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL, na forma de emenda substitutiva geral, APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 81/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que

dispõe sobre tornar obrigatório no estado do Paraná a separação de lixo reciclável. (Em anexo o Projeto de Lei nº 096/07). Relator Deputado Reni Pereira, comunicando que a matéria está em diligência junto ao autor desde abril de 2007 e como até a presente data não houve pronunciamento por parte do autor, no sentido de apresentar o relatório de impacto financeiro, somos compelidos a nos manifestar com o devido parecer CONTRÁRIO. O Sr. Presidente coloca em discussão e votação, sendo o mesmo APROVADO. A reunião transcorreu conforme as notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 10h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elton Welter, Reni Pereira, Antonio Belinati, Dobrandino da Silva, Elio Rusch mais os Srs. Deputados Durval Amaral e Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Elio Rusch pede a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. Na sequência, passamos a pauta item 01) Projeto de Lei nº 018/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que proíbe a destinação de verbas da Secretaria de Estado da Comunicação Social para programas de rádio e televisão, cujos responsáveis, apresentadores ou repórteres, estejam em pleno gozo de mandato eletivo ou ocupem cargos de Secretário de Estado ou Município. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 050/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao foro judicial e aos juizados especiais, ficam reajustados no percentual de 4,46% a partir de 01/01/08. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. O Sr. Presidente informa aos presentes e mais especificamente aos Srs. Deputados Durval Amaral e Stephanes Júnior, que, em

relação ao Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que foi objeto, nesta Comissão, de audiência com o FURNARPEN e entidades relacionadas. A partir da audiência, foram realizadas várias diligências junto as entidades afetas, e surgiram diversas dúvidas em relação ao projeto, dentre elas, quanto ao aspecto de sustentação econômica desse Fundo. Conforme aprovado na reunião anterior procedemos o encaminhamento de pedido de informações de autoria do Relator Deputado Elton Welter junto a Corregedoria do Tribunal de Justiça. Tal pedido, acabou por chegar a esta Casa, hoje por volta das 11h40 e penso que o Relator não teve tempo hábil para estudar as respostas. O Relator da matéria Deputado Elton Welter, informa que ralmente não foi possível analisar a resposta e conseqüentemente exarar seu parecer. Usaram ainda da palavra, os Srs. Deputados Reni Pereira, Stephanes Júnior, Antonio Belinati. O Sr. Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda a distribuição aos Deputados da comissão de todas as respostas que a Comissão recebeu sobre o projeto do FUNARPEN, para que na semana que vem possamos deliberar e votar nesta comissão o referido projeto de lei. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões desta Casa de Leis, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elton Welter, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, mais o Sr. Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos solicitando ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Elio Rusch pede a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. Na seqüência, passamos a pauta item 01) Projeto de Lei nº 068/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a adotar medidas com escopo de reduzir as tarifas de pedágio nas rodovias que compõem o Anel de Integração. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Este parecer foi lido pelo Deputado Elio Rusch. Deputado Elton Welter informa que vota favoravelmente ao Projeto. 02) Projeto de Lei nº 076/08, de

autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências (município de Marechal Cândido Rondon). Com a palavra o Relator Deputado Elio Rusch. Sr. Presidente, Srs. Deputados eu gostaria de a comarca de Marechal Cândido Rondon abrange além do município sede de Marechal Cândido Rondon, os municípios de Entre Rios, Pato Bragado, Mercedes, Quatro Pontes e agora Nova Santa Rosa. A grande necessidade seria a criação de mais uma Vara da Infância, da Família e da Juventude e toda a sociedade tem se mobilizado, inclusive tivemos audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça. Contudo, o Presidente nos informou que no momento não há disponibilidade financeira para que tal pretensão possa ser atendida. Mas o Tribunal propõe a transformação de entrância intermediária em seção judiciária e disponibilizando um Juiz Substituto, pois hoje só temos dois Juizes na comarca de Marechal Cândido Rondon. Ainda é importante salientar que o único impacto financeiro da proposta seria a criação de mais um Juiz Substituto. Com base no exposto nosso Parecer é FAVORÁVEL. Sendo o mesmo – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228, de 18/07/01, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais – FUNARPEN. Apenas para esclarecer aos Srs. Deputados que este projeto está sendo analisado pela comissão com muito critério e detalhamento, buscamos várias informações das entidades envolvidas, e também da Corregedoria de Justiça. Desta forma, passamos a palavra ao Relator Deputado Elton Welter. Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais nada eu gostaria de fazer um breve esclarecimento sobre a matéria, emitindo ao final o parecer CONTRÁRIO. Usaram da palavra os Srs. Deputados Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Stephanes Júnior. Sendo que este último, suplente desta Comissão de Finanças, manifesta-se de forma contrária ao parecer do Relator, tendo em vista informações da Sra. Denise, Diretora Financeira, que afirma haver mensalmente sobra de receita, contrariando informações da diretoria, a qual, é contra a aprovação do projeto, pelo fato de não possuir recursos suficientes para repassar as quatro Varas de Família da Capital. Ao final das discussões foi o relatório colocado em votação, sendo o mesmo APROVADO com voto contrário ao parecer do Deputado Elio Rusch. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elton Welter, Dobrandino da Silva, Elio Rusch e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Dobrandino da Silva pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. Na sequência, passou-se a pauta. Item 01) Projeto de Lei nº 095/08, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 006/08, que propõe abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 725.000.00 (Setecentos e vinte e cinco mil reais), para aplicação na Secretaria de Estado da Educação – SEED. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer no sentido de devolver ao Governo do Estado para anexar o anexo IV (cancelamento de despesa) que não encontra-se no referido projeto. Colocado em votação foi o mesmo APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano, que altera a legislação do ICMS, conforme específica e adota outras providências. (Concede ao estabelecimento industrial de artigos de vestuário têxtil e artefatos de couro e seus acessórios, crédito conforme específica). Relator Deputado Elton Welter. Parecer no sentido de aguardar a resposta do Secretário da Fazenda, com relação a estimativa do valor da renúncia referida no projeto. Discorreram sobre a matéria os Deputados Elio Rusch, Reni Pereira e Edson Strapasson. Ao final da discussão ficou acordado que será encaminhado ofício ao Secretário da Fazenda corroborando as tratativas já iniciadas pelo Relator da matéria. Colocado em votação foi o mesmo APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 116/08 de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 010/08, que reajusta os valores dos Pisos Salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2008. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões da presidência desta Casa de Leis, às

13h30 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Antonio Belinati, Elton Welter, Luiz Nishimori e Ribas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Dobrandino da Silva pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. O Presidente solicita ao Sr. Deputado Antonio Belinati que assuma a condução dos trabalhos, tendo em vista constar na pauta projeto de sua autoria. O Deputado Antonio Belinati, assume a presidência e agradece a deferência, informando: 01) Projeto de Lei nº 061/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que dá nova redação ao *caput* dos artigos 152, 154 e 156 da Lei Estadual nº 15608/07, os quais tratam das sanções administrativas aplicáveis ao licitante e/ou contrato. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO GERAL. Para encaminhar o autor do projeto de lei, Sr. Deputado Edson Strapasson. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a iniciativa deste projeto é não deixar a critério do gestor de plantão a imposição de penalidades a aqueles que deixam de cumprir os contratos na forma da lei. Tal propositura visa tornar mais rígida a responsabilidade das empresas. Eu gostaria que o Relator da matéria, Deputado Elton Welter, tornasse mais claro o seu substitutivo geral. Após as explicações do Relator, o Sr. Deputado Edson Strapasson se diz convencido dos argumentos apresentados pelo Relator. Encerrada a discussão, passou-se a votação, sendo aprovado por unanimidade o substitutivo geral. 02) Projeto de Lei nº 216/08 de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 303/08, que cria 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto no âmbito do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências. Relator Deputado Edson Strapasson. Sr. Presidente, este projeto chegou ontem na comissão e tendo em vista constar na pauta da Sessão Plenária de hoje, tomamos a liberdade, conforme o Regimento Interno estabelece, de avocar tal propositura. Enaltece a importância e urgência da matéria fazendo um breve relato sobre a criação dos cargos de Juiz Substituto. Ressaltando, ainda, a presença do relatório de impacto financeiro da matéria. Ao final emitindo o devido Parecer FAVORÁVEL. Colocado em votação foi o mesmo APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu e cumprimentou a equipe de funcionários desta Casa e da Comissão de Finanças, e agradecendo também aos nobres Deputados pela presença em mais essa reunião desta comissão. Desta forma, encerrou-se os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões desta Casa de Leis, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Nishimori, Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Pedro Ivo. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao Secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Luiz Nishimori pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescer e alterar dispositivos das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças), e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 296/08 de autoria do Ministério Público – Ofício nº 1213/08, cria e transforma cargos de servidores no âmbito do Ministério Público do Paraná e disciplina seu exercício. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 297/08, de autoria do Ministério Público – Ofício nº 1214/08, que dispõe sobre os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Lido pelo Deputado Pedro Ivo. 04) Projeto de Lei nº 295/08, de autoria do Ministério Público – Ofício nº 1198/08, altera a Lei Complementar nº 085, de 27/12/99, visando instituir, no âmbito do Ministério Público do Paraná, o cargo de Sub-Procurador Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional. Relator Deputado Elio Rusch. Após a apresentação do Parecer FAVORÁVEL, o Sr. Deputado Antonio Belinati solicita vistas do projeto de lei. O Sr. Presidente defere. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
 Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês março de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11h00, sob a presidência

do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Elton Welter, e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elton Welter pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 836/07, de autoria do Deputado Caito Quintana, que altera dispositivos da Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais – FUNAR-PEN. Com a palavra o Relator Deputado Elton Welter, o qual solicita a inversão da pauta, sendo acatada, nesse momento, passa-se para o item 02) Projeto de Lei nº 048/08, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que altera a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, conforme especifica (ICMS – componentes eletrônicos). Relator Deputado Reni Pereira. O Sr. Presidente solicita que o Deputado Elton Welter, proceda a leitura do parecer tendo em vista a ausência do Sr. Relator. Parecer é FAVORÁVEL. Colocado em votação foi o mesmo APROVADO. Na sequência, foi colocado em discussão o item 01 da pauta, conforme citado acima. Com a palavra o Sr. Relator, que procedeu a leitura do parecer no sentido de requerer informações junto à Corregedoria Geral da Justiça, pelo qual requereu informações contábeis do FUNARPEM, se as receitas do Fundo em decorrência do fornecimento do Selo são custeados, exclusivamente, pelos Registradores e Notários e se há transferência para os usuários e qual o fundamento legal e se as Varas de Família da Capital e do interior recebem remuneração dos cofres públicos. O Sr. Presidente pede o consentimento do Relator e sugere que seja solicitado no mesmo documento, relatório do exercício de 2007, referente às despesas com pessoal, aluguel, telefone, fotocópias, e demais custos operacionais das quatro Varas de Família da Capital, bem como, o relatório das arrecadações relativas aos procedimentos pagos, solicitando ainda, que também seja informado, se as mesmas são deficitárias e qual o valor do déficit. Colocado em votação foi o mesmo APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
 Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11:00 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados:

Elio Rusch, Elton Welter, e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano, que altera a legislação do ICMS, conforme especifica e adota outras providências. (Vestuário, couro e acessórios). Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, com emenda modificativa. O Relator propõe requerimento, no sentido de agendar uma reunião com o Coordenador da Receita do Estado, Sr. Luiz Vicente Tezza, a fim de discutir procedimentos quanto aos aspectos de impactos financeiros e orçamentários de proposições a serem apreciados pela presente comissão. O Sr. Deputado Elio Rusch, salienta que tal procedimento deverá ser adotado somente para os projetos que a comissão entender sejam necessários. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. 02) Projeto de Lei nº 077/08, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 131/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2004, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências (Rio Negro). Na reunião anterior foi concedido vistas ao Sr. Deputado Antonio Belinati. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. O Sr. Deputado Dobrandino da Silva, solicita ao Presidente a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 097/08, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 008/08, que objetiva a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, conforme especifica. Tendo em vista já estar com o parecer elaborado. O Sr. Presidente concorda ao mesmo tempo em que passa a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva que faz a leitura do Parecer FAVORÁVEL. Colocado em votação foi o mesmo APROVADO. Na sequência, o Sr. Presidente informa aos Deputados sobre a Audiência Pública no dia de amanhã, às 10h00 no plenarinho desta Casa de Leis, sobre a questão do fechamento das Delegacias Regionais da Receita Estadual dos municípios de Pato Branco e União da Vitória. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças no Plenarinho desta Casa de Leis, às 10h00, sob a presidência do Deputado Edson Strapasson, que declara aberta a presente Audiência Pública, proposta pelo Deputado Nereu Moura para debater sobre o fechamento das Delegacias Regionais da Receita Estadual nos municípios de Pato Branco e União da Vitória. O Presidente anuncia a composição da Mesa: Deputados Nereu Moura, Valdir Rossoni, Luiz Fernandes Litro, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano e a Deputada Luciana Rafagnin; os Srs. Vilmar Cordasso, Prefeito do Município de Francisco Beltrão; Valdir Vaz, Prefeito do Município de Coronel Domingos Soares; Hussein Bakri, Prefeito do município de União da Vitória; Hélio Alves, Presidente da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - ACAMSOP-13 em Francisco Beltrão; José Osmar Tiques, Vereador do município de Coronel Domingos Soares e Presidente da ACAMSOP-M14 em Pato Branco; e Mauro César Kalinke, 2º Vice-Presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná- SESCOOP-PR. O Presidente passa a palavra ao proponente da Audiência, Sr. Deputado Nereu Moura, que agradece ao Presidente da Comissão de Finanças por acolher a proposição de sua autoria em relação a esta Audiência, ao mesmo tempo em que solicita a explanação do Sr. João Marcos de Souza, representante do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná - SINDAFEP, que expôs estudo realizado pela Receita Estadual do Sudoeste sobre o aspecto econômico das regiões envolvidas. Na sequência, fizeram uso da palavra o Sr. Deputado Nereu Moura, comunicando a ausência do Secretário de Estado da Fazenda, Doutor Heron Arzuza que está em viagem ao nordeste do país e também do Coordenador da Receita Estadual, Sr. Vicente Luis Tezza, sendo que o motivo desta ausência não é de nosso conhecimento. O Deputado expressa seu entusiasmo diante da nomeação de um novo Coordenador da Receita que vem com uma nova visão de trabalho e tem se manifestado favorável à reabertura das Delegacias Regionais da Receita dos municípios de Pato Branco e União da Vitória. O Deputado Augustinho Zucchi, lamenta não haver nenhum representante da Receita Estadual e diz que já é tempo do Governador do Estado dar uma resposta a população, se vai reabrir ou não as Delegacias Regionais, para que esta questão seja definitivamente encerrada. O Deputado Ademar Traiano posiciona-se da mesma forma que o Deputado

Augustinho Zucchi e diz que já foram organizadas diversas reuniões para debater esse assunto e acredita ainda, que a decisão pelo fechamento é muito mais política do que técnica. A Deputada Luciana Rafagnin, ressalta a importância da união das autoridades em prol desse objetivo e manifesta seu apoio em favor da reabertura. Ainda, usaram da palavra o Sr. Vilmar Cordasso, Prefeito de Francisco Beltrão, salientando que os dados técnicos aqui expostos são deficientes, porém acredita que dados reais possam comprovar a praticidade e a utilidade da agência em Pato Branco e que, não se deve perder aquilo que foi conquistado com muito sacrifício, deixando clara a sua posição favorável à reabertura da Delegacia Regional de Pato Branco, bem como a de União da Vitória. O Sr. Hussein Bakri, Prefeito de União da Vitória, demonstra sua indignação pela ausência dos representantes do Governo nesta Audiência, bem como a falta de explicação por parte dos órgãos competentes dos reais motivos que levaram ao fechamento dessas Delegacias Regionais. O representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná – SESCOB, Sr. Mauro César Kalinke, argumenta que, no dia de hoje completa noventa dias de luta em favor desse movimento para a reabertura e, registra seu protesto pela ausência do novo coordenador da Receita Estadual. O Sr. Presidente assevera que o objetivo dessa Audiência Pública é ouvir os segmentos representativos da sociedade, em relação ao clamor de uma importante reivindicação, ressalta a expressiva participação de todos os segmentos e que, será encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado do Paraná um documento resultante desta Audiência. A Presidência passa novamente a palavra ao proponente da Audiência, Sr. Deputado Nereu Moura, o qual reafirma que todos os esforços serão feitos para a conquista da reabertura das Delegacias Regionais de Pato Branco e União da Vitória. Com a palavra o Sr. Presidente agradece a presença de todos, encerrando a presente Audiência. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente ata, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na

sala de reuniões das comissões, às 11h00, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Reni Pereira e Elton Welter. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elton Welter pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas – Ofício nº 623/07, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 134/08, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 206/08, que cria 190 (cento e noventa) cargos de Assessor de Juiz de Direito, de provimento em comissão, símbolo 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, alterando o Anexo II da Lei Nº 14.807, de 20 de julho de 2005, conforme especifica. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 015/08, que dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento) nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado Elton Welter. Em discussão. Para discutir Deputado Reni Pereira. Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de salientar que na mensagem do ano passado, em que pese o relatório de impacto contemplar um reajuste diferenciado para várias categorias de servidores em especial, servidores da educação e alguns que receberam recursos conforme as finanças do estado. Portanto, a categoria de Auditores Fiscais da Receita do Estado, na época havia sido contemplada com uma reposição de 7,9% e este percentual estava previsto no impacto no ano passado e efetivamente não se concretizou por causa de confusão no texto legal e este ano a mensagem novamente vem truncada porque o impacto prevê 5%, não só para este ano, como também para os dois anos subsequentes e novamente não está esclarecido. Recebemos a informação de que o Secretário da Administração enviaria mensagem específica para resolver tal situação, mas nós temos a oportunidade de corrigir nesta comissão. Então eu gostaria de fazer uma alteração, eu consulto se posso fazer, é só uma alteração do texto em relação ao parágrafo 3º do artigo 1º do projeto de lei, para que não fique dúvida. Deputado Elton Welter salienta que o Deputado Reni Pereira tem razão, realmente ocorreu um lapso no passado, mas o Governo vai mandar uma mensagem específica para solucionar a situação dos Auditores Fiscais. Portanto em função da urgência, por parte da socie-

dade, dos servidores eu gostaria de aprovar o mais rápido possível, eu não gostaria de alterar o projeto neste momento, não temos tempo para isso. E, se for o caso e tivermos tempo apresentaremos no Plenário as emendas necessárias. Deputado Reni Pereira acata a argumentação do Relator Deputado Elton Welter, e assim como ele também não quer atrasar o projeto, informando que apresentará as emendas em Plenário. Em discussão o Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Presidente registra a presença do professor Lemos, Presidente da APP, que muito nos honra. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos Srs. Deputados: Antonio Belinati, Dobrandino da Silva e Elton Welter. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Dobrandino da Silva pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 168/08, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 013/08, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Especial até o valor de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), ao Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei nº 15750, de 27/12/07, visando a criação de projeto orçamentário para possibilitar a integralização de Capital na Agência de Fomento S/A. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, condicionado a anexação do documento de Cancelamento de Despesa (Pagamento dos Serviços da Dívida) a ser encaminhado na sequência, pela Liderança do Governo. Parecer lido pelo Deputado Antonio Belinati. 2) Projeto de Lei nº 210/08, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 017/08, que objetiva dar nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 14077, de 04/07/03. (Agente de Aviação). Relator Deputado RENI PEREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Parecer lido pelo Deputado Antonio Belinati. 03) Projeto de

Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Programa de Recuperação de Créditos–PRC, conforme específica. Presidente coloca em discussão e informa que, na terça-feira (10/06/08) acompanhou a discussão do presente projeto na Comissão de Constituição e Justiça, com a presença do Dr. Nestor Bueno, Diretor da Secretaria de Estado da Fazenda, que demonstrou a importância da matéria, bem como a necessidade de sua aprovação. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Despachos

DESPACHO

Protocolo: 6364/08

Data: 15/07/08

Interessado: SÉRGIO AUGUSTO DIBNER MARAVALLHAS

Assunto: Solicita reintegração

Despacho:

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) Ao DSE, para publicação.
- 3) Ao DA, para arquivar.

Curitiba, em 06/08/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

DESPACHO

Protocolo: 6760/08

Data: 25/07/08

Requerente: JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA

Assunto: Abono de permanência

Despacho:

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria.
- 2) Ao DSE, para publicação.
- 3) Ao DA, para arquivar.

Curitiba, em 06/08/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Resumo do Pregão

RESUMO DO PREGÃO Nº 010/08

Protocolo: 4935/08**Data:** 05/06/08

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor	Protocolo de Pcto
1	Alves e Lima Ltda.	04 unidades de toner para copiadora digital Sharp ar-5015, código ar016t, original da marca da máquina.	R\$ 1.058,00	6772/08
2	Infohar Com. Varejista de Suprimentos para Informática Ltda.	20 unidades de toner para impressora HP 1015, código Q2612A, original da marca da impressora, não remanufaturados e não recondicionado. 01 unidade de toner para impressora HP 5500DN, código C9730A (Black), original da marca da impressora, não remanufaturado e não recondicionado. 02 unidades de toner para impressora HP 5500DN, código C9733A (Red), original da marca da impressora, não remanufaturado e não recondicionado. 03 unidades de toner para impressora HP 5500DN, código C9731A (Blue), original da marca da impressora, não remanufaturado e não recondicionado.	R\$ 7.760,00	6858/08
3	Infohar Com. Varejista de Suprimentos para Informática Ltda.	10 unidades de toner para impressora Lexmark E342, código 34018HL, original da marca da impressora, não remanufaturado e não recondicionado.	R\$ 2.270,00	6857/08
4	Curiform Gráfica Ltda.	500 pacotes de papel offset comercial no formato 66x96, 75 gramas, com 250 folhas cada.	R\$ 19.930,00	6657/08
5	Quimagraf Ind. e Com. de Mat. Gráficos Ltda.	2.000 chapas positivas, no formato 510x388x0,15; 300 litros de revelador positivo;	R\$ 8.889,00	6774/08
6	LMB Representações Comerciais Ltda. ME.	500 fardos de papel higiênico, branco, luxo, picotado, folha dupla fardo com 64 rolos e cada rolo com 30 metros. 600 fardos de papel toalha rolos, fardos com 08 (oito) bobinas e cada bobina com dimensões 20cmx100m branco.	R\$ 26.548,00	6730/08
7	Comércio de Armarinhos Kwan Ltda.	Grosas de lápis preto nº 02	R\$ 319,00	6731/08

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em 04/08/08.

(aa) PAULO CEZAR S.M. PIMPÃO
Pregoeiro

LUCI MARTINS AZEVEDO
Equipe de Apoio
MARCELO GONÇALVES CORDEIRO
Equipe de Apoio

Audiência Pública:**Comissão de Constituição e Justiça****Reforma Tributária**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral. Na ocasião, o presente seminário foi aberto pelo Sr. Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, que passou a palavra ao Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e ao Sr. Clemerson Merlin Clève, professor doutor na área de Direito Constitucional. A reunião contou também com a presença dos Srs. Deputados: Elio Rusch, Rosane Ferreira, Dr. Batista, Ademar Traiano, Duílio Genari, Elton Welter, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira e com os Srs. Nestor Bueno, Secretário de Estado do Planejamento Urbano, com o Sr. Pedro Sanches, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná. A presente Audiência Pública teve por objetivo debater acerca da PEC nº 233, em tramitação em Brasília, que dispõe sobre a Reforma Tributária no Brasil, a qual transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANA ANDRETTA - Secretária

O SR. NELSON JUSTUS (DEM)

A Assembléia Legislativa sente-se honrada com a presença de todas as senhoras e senhores, os Secretários aqui presentes, e louvar a iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça, que sem dúvida nenhuma é a Comissão Permanente da Casa que faz um trabalho extraordinário. E ao longo dos anos tem dado uma contribuição muito grande, em virtude da importância que tem, das reuniões semanais, da constitucionalidade dos nossos projetos. E a partir de um determinado momento, nesta Casa, a CCJ, como nós chamamos, tem avançado em temas, assuntos pontuais, que envolvem efetivamente as coisas do nosso estado e do nosso país.

Quero, neste instante, louvar o trabalho do Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ, e por extensão de todos os seus membros. Esta Comissão reúne-se todas as terças-feiras. Nós assistimos, podemos assistir estas reuniões pela nossa TV SINAL, podendo constatar a importância do seu trabalho e de quantas vezes por semana se reúnem extraordinariamente os membros desta Comissão.

Hoje não poderia ser diferente, porque vamos tratar de um assunto muito importante. Um assunto que vem sendo discutido em todo o país e que num momento bastante presente, nosso Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, vem alertando a todas as autoridades do que pode ou das consequências de uma reforma tributária que não seja efetivamente muito bem discutida e que não esteja muito próxima de uma decisão consensual.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Comissão, Deputado Durval Amaral, agradecer a presença do Secretário Heron Arzua, do professor Clemerson Clève, do Secretário Nestor Bueno, do Secretário Rogério Tizzot, dos Deputados Reni Pereira, Rosane Ferreira, Elio Rusch, Luiz Claudio Romanelli, do Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Paraná, Sr. Pedro Sanches; do Vereador da Fazenda Rio Grande, que representa a OLVEPAR, o Elói Khum; e de todas as senhoras e senhores aqui presentes.

Passo a palavra, portanto, ao Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que possamos iniciar o mais rápido possível uma Audiência Pública, que, antes de mais nada, é uma reunião de trabalho.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Presidente Nelson Justus, quero agradecer a presença de V. Exa. abrindo esta Audiência Pública da CCJ, e também a presença de cada um dos nossos Parlamentares e muito especialmente dos nossos palestrantes, Dr. Clemerson Clève e Heron Arzua e os demais que poderão se pronunciar também nesta manhã e a presença dos nossos Deputados Estaduais.

Quero fazer uma explicação. Nós, há alguns dias atrás, graças à sua liderança, realizamos aqui em Curitiba, muito especialmente na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um Fórum Nacional dos Presidentes de Assembléias Legislativas do Brasil. Foi de extrema importância. Tenho acompanhado com V. Exa. todas as reuniões deste fórum nacional, mas com certeza, a que V. Exa. organizou aqui no Paraná foi sem nenhuma dúvida a mais importante de todas as reuniões. Não só pela organização, mas sobre os temas enfocados. E chamou muita atenção o posicionamento do nosso Secretário Heron Arzua, que inobstante ser Secretário da Fazenda e gerindo as finanças públicas do estado do Paraná com mãos de ferro e com extrema competência, teve a grandeza de alertar não somente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas os Presidentes de todas as Assembléias Legislativas do Brasil sobre a reforma tributária e também sobre a possível agressão ao pacto federativo. Razão pela qual, a partir daí, por orientação do nosso Presidente Nelson Justus, a CCJ, que temos um dos nossos maiores expoentes, o Deputado Reni Pereira, que é o Presidente inclusive da Comissão da Reforma Tributária e tem acompanhado dia-a-dia todas as Audiências Públicas no Congresso Nacional, começamos a preparar esta mobilização.

É preciso discutir a reforma tributária, é preciso debater a reforma tributária, é preciso que o estado do Paraná e os entes federados não abram mão de suas prerrogativas, mas é preciso, também, ficarmos de olho no que ouvimos falar da reforma tributária. Não ouvimos falar da diminuição da carga tributária, de redução da carga tributária. Este me parece um dos temas centrais. Queremos saber quanto isso vai custar no bolso do cidadão brasileiro.

Fico muito lisonjeado com sua presença, nosso Deputado presente Nelson Justus, muito obrigado pela sua confiança em presidir a CCJ e também com sua ajuda, com o apoio irrestrito da Assembléia Legislativa, poder compartilhar com nossos companheiros e mobilizar a Assembléia Legislativa do Paraná, o Governo do Paraná, porque não quero, aqui, em hipótese alguma, avançar nos temas que serão abordados pelo Secretário Heron Arzua e pelo Dr. Clemerson. Após a manifestação destas autoridades na área de Direito Tributário e Direito Constitucional, com toda certeza poderei enriquecer o debate.

Por fim, agradecer a presença do nosso Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que é membro efetivo da CCJ, a presença dos Deputados Reni Pereira, Rosane Ferreira, Elio Rusch e demais Deputados e Secretários de Estado que compõem esta Mesa.

Com a palavra, novamente, o Presidente da Assembléia Legislativa, para que possa dar o encaminhamento, para que o primeiro palestrante possa se manifestar.

O SR. NELSON JUSTUS (DEM)

Quero, sem mais delongas, passar a palavra ao nosso Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, para que comecemos esta nossa reunião de trabalho. Iremos encaminhar o certificado deste encontro a todos os presentes.

O SR. SECRETÁRIO HERON ARZUA

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Nelson Justus, na pessoa de V. Exa. saúdo todas as autoridades integrantes da Mesa, companheiros do auditório. O tema reforma tributária está na Ordem do Dia. Vou procurar fazer um resumo sobre o que se pretende com esta reforma tributária. Em primeiro lugar dizer que muitas das coisas que direi aqui são óbvias, todos vocês já conhecem, mas só para ordenar o raciocínio e encaminhar a palestra do nosso professor de Direito Constitucional. Basicamente, um exame do atual sistema tributário nacional levou ao Governo Federal, aos estados, através de estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas, a conclusão de que nós, para tornarmos o Brasil um país melhor em termos econômicos, deveríamos fazer uma mudança no sistema tributário, com alguns objetivos: racionalização, simplificação e, se possível, aproximação do sistema tributário brasileiro com os demais países do mundo.

O Brasil foi precursor, em 1965, na introdução da noção do imposto sobre o valor agregado, impostos no cumulativo, sobre o consumo, com a reforma da Emenda Constitucional nº 018, de setembro de 1965, e depois com sua introdução no país. Naquela feita, fomos copiar o imposto francês, A “Taxa...” (expressão inaudível, em língua francesa), que era uma criação alemã de 1918, para que os impostos cumulativos, de vendas que incidiam sobre o consumo pós-cumulativo, fossem melhorados na sua técnica de arrecadação. Foi quando um empresário alemão propôs que este imposto, que era extensivo em toda a cadeia, incidisse em todas as vendas, desde o agricultor até o consumidor final, passando pelo produtor, comércio atacadista, industrial, comerciante e finalmente ao consumidor, ele fosse cobrado um pouquinho sobre a técnica de que o que é pago por um é descontado por outro.

Este imposto teve a característica e foi introduzido na França, em 1954. Em 1968, pelo Tratado de Roma, ele foi estendido praticamente a todos os países da União Européia e hoje ele é o imposto universal da comunidade européia. O Brasil foi pioneiro, porque dotou dois dos seus impostos sobre o consumo desta virtude, o então chamado Imposto sobre Produtos industrializados, de feição federal; e o ICM, de feição estadual.

Desde logo, todos os técnicos, à época, já advertiam que um imposto com esta abrangência não deveria pertencer aos estados e municípios, porque ele foi partilhado, uma parte do imposto, uma parte que abrangia os serviços foi deixado aos municípios. Mas, o Brasil tem uma federação com características próprias. E mesmo naquele regime militar, resolveram não infringir aquilo que todo mundo entendia como sendo da essência da federação brasileira. E deixaram o IPI para a união, o ICM para os estados e o Imposto sobre Serviços para os municípios, com autonomia legislativa. Cada ente legislava sobre seu próprio imposto, mas em contornos dados em leis nacionais. Na época foi introduzido o conceito de lei complementar com lei nacional, com uma exigência de quórum qualificado para sua aprovação, para que ele valesse para todo o país. Não é lei federal, não é estadual e nem municipal. É uma lei nacional. E esta lei nacional traça ou traçou o perfil de todos estes impostos.

Com o correr dos anos, tivemos logo de início um sistema muito bom, foi considerado o sistema da Emenda Constitucional nº 018 como um sistema racional e as autoridades fiscais do mundo inteiro elogiavam este nosso arranjo tributário. Ele funcionou. Mas, com o passar dos anos e a necessidade de arrecadação com o incremento da Previdência, 1.000 causas levaram o Governo Federal a ir criando certas contribuições. Isto a partir da Constituição de 1988, porque a união perdeu cinco impostos principais, que eram impostos com destinação específica: o imposto sobre transportes, sobre as estradas; imposto sobre energia elétrica; imposto sobre

comunicações e imposto sobre minerais, que eram impostos únicos cobrados pela união. Mas, como eles não faziam parte do regime não cumulativo do ICMS e do IPI, a Constituição de 1988 resolveu entregar estes impostos aos estados.

Com isso, enfraqueceu a tributação da união e veio o problema da Previdência. A Constituição de 1988, estendeu os benefícios previdenciários num sistema para quem não havia recolhido, vocês lembram dos problemas dos produtores e houve, vamos dizer assim, um esforço, uma entrega de uma nova despesa, de que não havia recursos para a união federal. Com isso, a união federal começou a criar contribuições fiscais. Porque contribuições fiscais, todo mundo sabe disso, porque só é partilhado no sistema tributário nacional os impostos sobre renda e IPI e que são partilhados parte aos estados e parte aos municípios, em torno de 50%.

Então, todo o esforço que a união fazia no IPI ou no Imposto de Renda, este esforço valia só metade. É hoje o IPVA, todo o esforço que o estado faz só vale 50%, porque 50% ele tem que entregar aos municípios. Então, um imposto com estas características, a união resolveu não mais se interessar por eles e eles passaram a criar primeiro o PIS, depois COFINS, a COFINS foi criada no regime do General Figueiredo, em 1981 com 1% sobre o faturamento e estas contribuições vieram crescendo de forma a hoje abarcar mais da metade da receita da união federal. Os estados e municípios ficaram à margem desta tributação. Os municípios tiveram algum crescimento interessante. Vocês pegam o aumento da carga tributária, vocês vêem que a carga tributária cresceu basicamente nas mãos da união e dos municípios. Porque os serviços foram aumentando e esta fatia foi reservada aos municípios, principalmente àqueles municípios que cobram o imposto. Não são todos, mas as principais cidades brasileiras cobram com muita eficiência este imposto.

Este diagnóstico de que o Brasil passou a ter, de uma hora para outra, cinco impostos sobre o consumo, o IPI, COFINS, PIS, ICMS, ISS, eram inéditos no mundo, vamos dizer assim. Nenhum país do mundo tem cinco impostos que incidem sobre o consumo. Que vem mascarado nas compras que fazemos. Qualquer compra. Quando recebemos na nota fiscal, todos estes impostos estão embutidos. E como eles não são calculados por fora, eles não são acrescidos ao preço, você nunca sabe qual a carga tributária que tem, numa compra que você faça. Nos automóveis, de modo geral, sabe-se que 50% do automóvel que se compra, são impostos.

Daí a necessidade de você organizar o sistema tributário, porque as empresas que vêm de fora para o Brasil fazem investimentos, reclamam desta balburdia do sistema tributário brasileiro. E mais: o valor agregado brasileiro, em alguns impostos é imposto como contra-imposto, como o ICMS, você compra e vem destacado o imposto e quando você revende a mercadoria, você calcula a alíquota e desconta aquele. Mas, no PIS/COFINS

não é isso o que se passa. É receita contra despesa. Então, as bases são diferentes. Então, temos impostos do mesmo feito, da mesma feição, calculado de forma diferente.

Isso levou e há uma reclamação de que os brasileiros estão perdendo a concorrência com as empresas estrangeiras. A Argentina fez uma reforma há dez anos, unificando seus impostos, hoje eles têm uma tributação só, um imposto, com uma alíquota só, do ICMS deles, o imposto do valor agregado argentino, que é de 20%. O Paraguai fez isso recentemente. O Uruguai já tem um sistema muito melhor. E o Brasil ficou absolutamente desarticulado. E isso com as complicações que a COFINS, quando o Governo Federal, três ou quatro anos atrás resolveu mudar o perfil da COFINS de cumulativo para não cumulativo, trouxeram uma confusão e invadiram violentamente as bases tributárias dos estados e municípios. Quebraram aquela divisão clássica feita pelos militantes, em 1965, de que a renda deveria ser tributada pela união, o consumo pelos estados e a propriedade pelos municípios. Isso era o que tinham em mente, à época, numa reforma idealizada pelo então Ministro Roberto Campos.

Isto quebrou, porque a união, com estas necessidades da política previdenciária e com os déficits crescentes, da Previdência Social, invadiu as bases tributárias da união, estados e municípios. E as bases tributárias do ICMS e do ISS foram diminuindo. A cada retirada de imposto que o estado faz, a união entra no seu lugar. A cada retirada de imposto que o município faz, a união ocupa seu lugar.

Esta confusão chegou num congresso, há três ou quatro anos atrás, em Amsterdã, com uma autoridade internacional, holandesa, que disse o seguinte: "Nós tínhamos como consenso de que o imposto mais complicado do mundo era o imposto de renda norte-americano. Mas, agora, pasmem os senhores, um país conseguiu inventar um imposto mais complicado ainda e que se chama contribuição com o apelido de COFINS". Ninguém, absolutamente ninguém, consegue entender a legislação deste imposto.

Dado este quadro caótico, a união federal resolveu apresentar, outra vez, uma proposta de reforma tributária. Este Governo. Já o Governo Fernando Henrique tentou, em 1995, 1996, fazer uma reforma. Não deu certo. Em 2003 o Governo do Presidente Lula também mandou uma proposta do Governo Federal para o Congresso Nacional, também não deu resultado. Então, fizeram um diagnóstico de onde é que eles erraram, porque estas propostas não eram aprovadas. E mais ou menos concluíram de que tinham que montar um esquema de reparação para os estados, o que ganha e o que perde. O que eles fizeram? Resumidamente: unificaram os impostos e contribuições federais em quatro: COFINS, PIS, SID e o salário-educação, que incide sobre a folha de salário, num imposto chamada IVA Federal. De espectro amplo, atingindo as mercadorias e serviços.

Com isto, racionalizavam a parte federal, com as virtudes do imposto não cumulativo, de débito contra crédito e de vez dizendo que este imposto não vai bater sobre os investimentos. Portanto, a compra das máquinas, a mãe das mercadorias, não deve ser tributada. Este é o desenho que está na reforma, na parte federal, grosseiramente falando.

Na parte estadual, o que eles imaginaram? Um novo imposto dos estados. Mas, que ele não pudesse mais ser usado como instrumento de política econômica. Portanto, retirar da capacidade legislativa dos estados este imposto e passá-lo a uma legislação única, nacional, em que como hoje aliás existe uma lei nacional sobre ICMS, mas os estados têm toda a liberdade de manejá-la dentro de amplos limites. Passa a não existir mais esta possibilidade. Vem um ICMS unificado, numa lei única, o Senado dá as alíquotas máximas, o ideal seria que fosse uma só, mas é absolutamente impossível na realidade brasileira de hoje você segurar um imposto com uma alíquota única. Estão pensando em quatro ou cinco alíquotas, no máximo, mantendo a natureza de imposto seletivo. Mas, com estas características. O Senado define as alíquotas máximas, a legislação é nacional, os estados, as Assembleias Legislativas e os Poderes Executivos estaduais ficam impedidos de tomar qualquer iniciativa em relação a este imposto. O curioso desta proposta é que o regulamento seria feito pelo CONFAZ, que é o Conselho Nacional de Política Fazendária, o órgão que reúne os Secretários de Fazenda e Finanças dos 26 estados e do Distrito Federal; as 27 federadas brasileiras. Seria um regulamento único e toda e qualquer modificação seria aprovada pelo CONFAZ. E o CONFAZ enquadraria as mercadorias dentro daquelas alíquotas previstas.

Estou falando aos senhores o que foi a proposta do Governo Federal. Porque hoje o Relator, Deputado Sandro Mabel, do PMDB de Goiás, já tem mais de 800 emendas para apreciar dentro deste quadro que ele recebeu. E com estas características vieram as grandes questões nacionais. Estamos ferindo o artigo 62 da Constituição Federal, porque as Assembleias Legislativas vão virar Câmaras de Vereadores, vão ficar dando título honorífico de homem do ano do Paraná, porque perdem a capacidade de legislar sobre o imposto que atinge diretamente todas as pessoas, de uma unidade federativa. Praticamente ficam só legislando sobre matéria fiscal, sobre taxas e sobre o IPVA. No ICMS é retirada totalmente qualquer participação das Assembleias Legislativas do país. Isto é direcionado para o Congresso Nacional, que faz a lei complementar, que é a única também. Aí é que o pessoal acha que há uma, vamos dizer assim, deformação no projeto do Governo Federal, de ele ter entregue a regulamentação aos estados por via do CONFAZ e ainda mais para os Secretários de Fazenda. E como diz o meu Governador, cada vez que tenho uma discussão com ele, ele pergunta: "Quantos votos você teve na última eleição?" Não tive nenhum. "Pois é, eu tive 2 milhões e meio. Então quem manda sou eu".

É isso o que vai acontecer. São técnicos que vão fazer um regulamento. E mais: eles vão enquadrar as mercadorias nas alíquotas. Está se pensando nas seguintes alíquotas: 27, 12, 18 e 25. Talvez eliminando uma de quatro e de sete; e daí o CONFAZ enquadraria as mercadorias. O ideal, os outros países do mundo têm uma alíquota só. Mas, no atual estágio de evolução da realidade econômica brasileira, é impossível você montar um imposto com uma alíquota só, a não ser que partamos para a reforma tributária radical, e tem proposta no Congresso Nacional, que é de você fazer só um imposto, que abranja mercadorias, serviços, energia elétrica, combustíveis, tudo, uma alíquota só, 20%, como é na Argentina. E você pega uma legislação nacional, regulamentação feita pelo Poder Executivo Federal, válida para todo país e distribui: 40% para os estados, 40% para a união e 20% para os municípios e ponto final.

Mas não foi esta a forma que o Governo Federal achou que era politicamente possível. O Ministro da Fazenda tem reiteradamente dito isto: esta é a reforma politicamente possível. Uma reforma ideal, racional, simplificadora, ideal, so se nós votarmos um regime autoritário, em que o Presidente da república diga, como em 1965, que a reforma é esta. Os Governadores eram nomeados, quem não gostasse que pedisse demissão ou seria afastado. Nós tivemos esta ingerência. Alguns estados que na época não quiseram trocar o IIVC pelo novo ICMS, os Governadores destes, Rio de Janeiro principalmente, foi ameaçado pelo Governo Federal de ser retirado.

Por isso, uma construção democrática de uma reforma tributária democrática, entendeu o Governo Federal que só seria possível se eles mantivessem o imposto federal simplificado, unificante, e um imposto nacional em que eles melhoravam o ICMS, Por que melhoravam o ICMS? Porque nesta proposta os investimentos não são tributados, há reconhecimento de crédito para todas as mercadorias. Isto é um embate que temos todos os dias, em todos os estados. O que dá ou não crédito, há milhões de discussões nos tribunais sobre este ponto.

Então, indiscutivelmente, do ponto de vista técnico, é um imposto melhor. Mas que traz, evidentemente, grandes aflições de receita para os estados. Outra idéia é de que como o ICMS é um imposto sobre o consumo, ele deveria pertencer ao estado onde a mercadoria é consumida. Não há nenhuma razão para a Renault do Paraná vender um carro para o Piauí e o imposto ser pago lá, pelo cidadão do Piauí, e a arrecadação maior deste imposto pertencer ao estado do Paraná. Como eles estão dentro deste perfil, com as experiências nacionais que tivemos, desde a implantação do imposto, vendo que há distorções na aplicação do ICMS, na distribuição do ICMS para os municípios, trouxe um verdadeiro pandemônio. No mundo inteiro não é assim. No mundo inteiro você distribui os impostos nacionais em função da renda, principalmente da população, da renda e um pouco do território.

No Paraná e no Brasil isto se repete, sempre. Temos dois municípios que não têm, me desculpem, mas não tem nenhum mérito em ter Itaipu, com o Araucária não tem nenhum mérito: Foz do Iguaçu não tem nenhum mérito em ter a refinaria de petróleo. Curitiba, por exemplo, se vocês considerarem Araucária, em Foz do Iguaçu eles têm uma arrecadação muito maior que a arrecadação da cidade de Curitiba.

No norte, nordeste e centro-oeste vai com 7%. Se for para São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul é 12%, para possibilitar que no estado do destino, uma parcela além do valor agregado, fique para o estado de destino. Esta proposta agora é radical, porque no mundo inteiro o imposto pertence ao estado, ao território, ao local onde ele é consumido. Esta é a grande virtude desta reforma tributária: passar o imposto de origem para o destino. O que não quer dizer, que muita gente confunde, questão de cobrança. A cobrança pode continuar sendo feita no local de origem. Mas a receita vai para o estado onde a mercadoria é consumida.

Então, é uma modificação tão grande que o Governo Federal propôs que isto ocorra em oito anos. De 2011 a 2018, e as alíquotas interestaduais, nas relações interfederadas, vão diminuindo: 12, 11, 9, 7, 6, 5, 4, 3, até ficar em 2%. Tem uma proposta para que o estado de origem não se desinteresse pela fiscalização das operações. Isso não existe. No mundo inteiro, o imposto pertence.

Com isso, diz o Governo Federal que o imposto unificado, em que os Governadores, os estados e as Assembleias Legislativas perdem o poder de legislar, de normatizar sobre imposto, acaba a guerra fiscal. Porque o ICMS deixa de ser instrumento de política de desenvolvimento econômico. Não podemos mais estar mexendo, reduzindo base de cálculo, atribuindo créditos presumidos, enfim, fazendo uma série de artifícios para defender a economia e atrair novas indústrias. O estado do Paraná, lembrando um pouco na história, foi um dos últimos estados a aderir à guerra fiscal. O estado se recusou entrar neste jogo, porque é um jogo que feria a Constituição, nenhum estado poderia dar incentivos fiscais sem passar pelo CONFAZ. E como qualquer incentivo fiscal, se você levasse ao CONFAZ, ele não era aprovado, porque tinha sempre dois estados que vetavam tudo o que fosse lá. Um deles, compreensivelmente, o estado do Amazonas, tem favores na Constituição, na Zona Franca de Manaus, tem um regime tributário muito interessante, não há incidência de nada lá. E o outro é o estado de São Paulo, que já é um estado industrializado. E não tem interesse que os outros estados brasileiros venham a retirar indústrias do seu território. A Lei Complementar nº 024, de 1975, proibiu tudo isso com base na Constituição. E isso nunca foi observado.

Todos os estados, sem nenhuma exceção, fraudaram esta legislação da Constituição e desta lei complementar. Tanto é que o maior problema que estamos tendo hoje, e hoje que eu digo é hoje, segunda-feira, em discussão, o

Congresso Nacional, hoje à tarde, é a questão da convalidação dos incentivos fiscais dados pelos estados à margem da Constituição Federal de 1967, da Emenda nº 01, de 1969, e da Constituição Federal de 1988. São todos instrumentos regulares. E o que vem ocorrendo, cada vez que o Supremo Tribunal Federal decide que é inconstitucional e não existe nenhuma decisão do Supremo Tribunal Federal, desde que ele existe, desde 1965, dizendo que isso não é inconstitucional, o que ele decide? Não vale a lei. E mais, o que acontece? Ela tem que retroagir à sua origem, porque a declaração de inconstitucionalidade, na concepção brasileira, se não houver uma ressalva na decisão e o Supremo nunca fez esta ressalva, ele vale para o passado, ele anula os efeitos.

O que acontece? As indústrias que se instalaram no país inteiro, estamos com um problema enorme no Pará, porque foi declarada a inconstitucionalidade de uma grande indústria de mineração lá e o Supremo mandou que o Governo do Estado barre todos os créditos. E a empresa foi lá, se instalou, tem um contrato, como tem aqui a Renault, a Audi. Estes contratos, praticamente, não são reconhecidos. Para evitar este problema é que está hoje, no Congresso Nacional, exatamente hoje, vai haver uma discussão sobre a convalidação, como convalidar isso, como respeitar os contratos, como é que os estados vão fazer para se acertar, porque a partir de 2011 não existe mais a possibilidade destes incentivos fiscais continuarem sendo utilizados.

O que se está imaginando? Os incentivos fiscais serem dados, como o foram outrora. No Governo Álvaro Dias, por exemplo, os incentivos fiscais eram dados corretamente sobre o orçamento. Você queria atrair uma indústria, você colocava um valor no orçamento e emprestava ou subscrevia o capital desta empresa que você queria. Até a Renault, o primeiro chamamento que o Governo Jaime Lerner fez foi neste sentido, subscreveu o capital da Renault, foi no orçamento e disse para a sociedade: querem que eu incentive a empresa ou dê isto para a Saúde, para a Educação, aumento para os professores. O que vocês querem que façamos com este dinheiro da receita do estado? Querem reservar uma parcela para que industrializemos, tragamos novas empresas ou não?

Este é um regime que todos dizem ser o correto, porque este de dar sob o imposto, ninguém fica sabendo. Não é transparente o que você faz, a medida em que você oferece incentivo fiscal. Nem a Secretaria da Fazenda tem o controle correto, nem as empresas sabem direito quanto é que isto está valendo. Existem os cálculos mais estapafúrdios para isso.

Hoje, a guerra fiscal se tornou tão intensiva, que na Secretaria da Fazenda, todos os dias, mas todos os dias, chega lá um, empresário dizendo: "Olha, Mato Grosso, agora, deu para o vestuário 85%. Como é que ficam as minhas empresas?" E vem o leite: São Paulo deu isenção há um mês atrás para o leite. Como é que fica o nosso pessoal que vende leite para São Paulo? E tem que pagar 12%, que é alíquota interestadual?

A guerra fiscal de tal forma, tivemos aqui um caso citado pelo Governador, dos japoneses, da Yokohama, que vieram aqui e disseram: “Queremos isso, isso e isso”. E eu disse: olha, nós não damos tudo isso. Mas, a Bahia dá. Dá seis anos para pagar o imposto. Quando você for pagar, daqui seis anos, ela dá a prorrogação de mais seis anos e quando vencer os seis anos, dá para pagar o imposto com 95% de abatimento.

O estado de Pernambuco disse o seguinte, para Yokohama: “Nós fazemos tudo isso e pagamos o teu Imposto de Renda.”

Então, a coisa está a um ponto que hoje, nas contas que o Governo Federal faz, todo mundo está perdendo. E os investidores estrangeiros vêm aqui, de malinha, estado por estado, perguntar. E nós do Paraná, que sempre fomos muito avessos a tudo isto, temos que estar correndo atrás. Quando Santa Catarina diminuiu o imposto da importação de 12 para 3%, entramos com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal. Não foi dada a liminar. Tivemos que fazer isso via legislação, na Assembléia, porque senão nossos atacadistas - e quando eu soube disso - já tinham se mudado: 19 grandes atacadistas do Paraná para Santa Catarina. E mudar significa o seguinte: tem um endereço ali em Itajaí, um endereço, não tem nada, é só um escritório, e às vezes tem um funcionário. E tudo passa a entrar por lá. E mais: entra por Santa Catarina, paga 3% mas passa o crédito para o Paraná de 12%. Quer dizer, eles pagam 3% mas quem paga o benefício fiscal dado pelo estado vizinho é o Paraná, porque o cidadão que está aqui se credita.

Então, temos algumas leis aqui na Assembléia, antigas, não são desta gestão, e que diz que toda vez que um estado fizer isso e o Supremo não se manifestar, o Paraná tem autorização para ir atrás.

Com este perfil, de que a desorganização do sistema tributário brasileiro está atingindo de forma violenta a economia, propuseram esta reforma. O Relator deve apresentar relatório até quinta ou sexta-feira. Estivemos reunidos quarta e quinta com ele, o dia inteiro, ele tem mais de 800 emendas a apresentar. Todo mundo reclama. Todos os estados fizeram contas, dizendo que vão perder isso, perder aquilo. O Paraná perde. Pernambuco perde. Eu sei que a Amazônia perde. Porque passa da origem para o destino, 85% hoje a Amazônia efetivamente perde.

Os outros estados, estes cálculos eu particularmente sempre ponho muito em dúvida. Teríamos que primeiro fazer a reforma e ver, efetivamente, o que vai acontecer. Porque os senhores não tenham dúvidas, o Deputado Durval Amaral falou em cargo tributária. Não está na cabeça de ninguém, neste momento, a questão da carga tributária. Porque a carga tributária vai depender das bases de cálculo, das alíquotas que serão fixadas, com o novo IVA Federal, como para o ICMS. Mas, é evidente, intuitivo, e isso ninguém está fazendo cálculos, que a hora que nós unificarmos o ICMS brasileiro e deixarmos quatro alíquotas, o imposto vai subir extraordinariamente. Porque acabam todos os incentivos fiscais.

Vou dar pequenos exemplos: o álcool, no Paraná é 18%. Em São Paulo é 12%. Nos demais estados brasileiros é 25%. O Congresso Nacional diz: 4, 7, 12, 18, 25. Vai para o CONFAZ. Adivinhem os senhores onde é que os Secretários da Fazenda vão enquadrar o álcool? Nos 12%, de São Paulo? Vão enquadrar nos 25%. Assim, o Paraná, por exemplo, tem uma cesta básica muito ampla, com 7%, com 0% nas operações finais. Para quanto vai isso? A maioria dos estados tem 12%. Então, os alimentos vão ser tributados a 12%.

Intuitivamente, esta reforma, se não for acompanhada com muito cuidado, ela vai trazer num primeiro momento, um aumento da carga tributária, sem que você mexa nas coisas, a não ser que as alíquotas sejam reduzidas. Mas, é evidente que os Governadores, os Secretários da Fazenda, os homens responsáveis pelas finanças dos estados estão preocupados. Embora isso não vá acontecer na gestão deles. Não poderemos ser acusados, no futuro, de omissão. De que não atendemos a uma reforma que é prejudicial aos estados. Todos os estados já fizeram cálculos. São Paulo vem dizendo aos jornais que terá 15 bilhões de prejuízo por ano. Mas, a reforma começa paulatinamente. Ela vai indo. Quanto é que significa reconhecer crédito para todo mundo, o que significa você não mais tributar os bens de capital, coisa que nunca deveria ser tributado. Este imposto foi inventado na Europa para não tributar os bens de capital e nós tributamos os bens de capital, por questões de arrecadação.

Enfim, esta é a discussão que está posta. Há uma possibilidade, um consenso é muito difícil, porque os estados têm interesses diferentes. O Brasil é uma federação toda diferente. O Paraná é diferente de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. Imagine, lá os estados do norte e nordeste. Como é que você tira o ICMS do Ceará e da Bahia, o que é que eles vão fazer com as indústrias deles dali para frente? Volta a ser o Mato Grosso do Sul, têm que voltar a ser território, estados, a não ser que o Governo Federal mantenha. Por isso, o Governo Federal está desenhando o que eles chamam de Fundo de Equalização das Receitas e Fundo de Desenvolvimento Regional. Estão dizendo para os estados: não tem mais guerra fiscal, o estado que quiser dar incentivo, vai via orçamentária, com transparência para a sociedade, com discussão com a Assembléia Legislativa, com seu público, com seu povo, para ver se vocês querem dar dinheiro para a Renault ou fazer mais escolas, mais hospitais. É uma decisão de cada Governo. Se quer ou não quer dar. Escondidos, não mais.

Esta reforma, que é a que está posta, que tem virtudes e defeitos, que o Governo Federal acha que é a reforma politicamente possível, que vai entrar em votação nos próximos dias, traz este problema, de que muitos da área jurídica, entendem que é uma violação do pacto federativo, para retirar a capacidade legislativa dos estados. Nos municípios não é interferido, porque o imposto sobre serviços não foi incluído no IVA, o que é um pecado fundamental desta reforma. O Governo Federal

não conseguiu convencer os Prefeitos das cinco maiores cidades brasileiras que eles deveriam abrir mão do ISS e deixar ele integrar o IVA Estadual, porque a maioria dos municípios prefere que ele seja cobrado pela estado e entregue para eles, como é feito no ICMS e no IPVA.

Está é uma discussão jurídica que do ponto de vista do Relator, do Congresso Nacional, do Ministério da Fazenda, de juristas do Ministério da Fazenda, da Procuradoria da Fazenda Nacional, do advogado geral da união e auscultados alguns membros do Supremo Tribunal Federal, que disseram, à margem, que não há problema, que o que interessa aos estados e municípios é a certeza constitucional de que o dinheiro chegue limpinho. Não interessa se ele é cobrado pela união, estados ou municípios. O que interessa é que no dia 30, 50% do IPVA chegue nos municípios, ou 25% do ICMS chegue para os municípios. Porque nesta nova partilha, as vinculações sejam respeitadas.

O Rogério não precisa ficar preocupado com a extinção da CIDE porque eles previram, um percentual que equivale à CIDE, eles mantêm por um tempo a distribuição igual. Então, é um sistema, foi uma construção complicada, difícil. Fizeram com o auxílio da Fundação Getúlio Vargas, na questão de partilha dos impostos da UNICAMP, que fizeram estudos, houve uma avaliação do mundo inteiro. Durante cinco anos fizemos congressos no Canadá, na Austrália, na Índia, nos Estados Unidos, na Alemanha, vendo como é que estas federações tratam, se a capacidade de legislar implica em ferir a autonomia ou não, ou isto é uma particularidade brasileira. Só o Brasil entende, como entende o professor Osires Lopes, que se você tirar a capacidade de legislar dos estados sobre o ICMS, isto fere o pacto federativo.

O que quero dizer é que a corrente majoritária de hoje, que está orientando a reforma tributária, entende que isto não ocorre. Que o importante, para os estados e municípios é ter o dinheiro na hora certa. E que poderíamos até fazer um imposto só, ser até cobrado pelos estados, com fiscalização tripla: da união, dos fiscos, dos Auditores a união, estados e municípios, e o quem nunca devemos esquecer, que esta reforma nós estamos fazendo para 5%, 10% das empresas brasileiras. Por quê? Porque já fizemos, o Congresso Nacional já retirou a competência legislativa dos estados e municípios quando instituiu o Simples Nacional.

O Simples Nacional atinge cerca de 90% das empresas brasileiras, neste regime de faturamento e não houve nenhuma expressão, nenhum insurgimento em que isto implicasse em ferir o pacto federativo. Não houve da parte das Câmaras Municipais. Não houve da parte das Assembléias Legislativas nenhum ruído, nenhuma reivindicação de que com isto estavam retirando poder. E agora, esta reforma pega, embora as empresas mais significativas do ponto de vista da arrecadação, mas pegam um número muito pequeno, as empresas.

Os senhores já devem saber, no Paraná temos 50 empresas com cerca de 70% de arrecadação. Com 3 mil empresas, nós chegamos a 95. Isto que possibilitou a Fazenda, num programa de desoneração da microempresa. São 170 microempresas que arrecadam, hoje, 23 milhões, tenho 3 mil empresas que arrecadam quase R\$ 1 bilhão. Vejam a diferença.

Esta reforma atinge poucas empresas, as médias e grandes empresas e mais aquelas empresas que significativamente arrecadam do povo e entregam ao estado. Sinto que esta reforma não foi um pouquinho adiante. No Canadá, por exemplo, não se chama mais as empresas e os empresários de contribuintes dos impostos. Eles já aboliram este nome. Contribuinte é o povo. É aquele que efetivamente paga o imposto. Eles são mandatários. Eles têm uma ordem do estado, são representantes do estado para arrecadar o imposto do povo - isto na questão dos impostos de consumo - e mesmo no Imposto de Renda é assim também. É uma noção diferente. Hoje há uma reclamação, os empresários dizem que a carga tributária vai aumentar, vamos pagar mais impostos! Não, eles não vão pagar mais impostos. Quem vai pagar mais impostos é o povo, somos nós, aqueles que no varejo estão cobrando todas as mercadorias.

Acho que é isto, Sr. Presidente. Procurei dar uma visão geral do que está acontecendo. Não sei do futuro da reforma tributária, porque o Governo Federal diz que se os Governadores do norte e nordeste continuarem insistindo que o Governo Federal vá ter que colocar muito dinheiro para o Fundo de Desenvolvimento Nacional, eles abandonam a reforma tributária. E os Governadores do norte e nordeste dizem que isto interessa mais, que se isto não vier muito claro, eles não abrirão mão de continuar usando os incentivos, com ou sem Constituição, com ou sem Supremo Tribunal Federal. Cada um vai arranjar.

O Relator está fazendo um esforço para ver se concilia todos estes Governadores do centro-oeste, dizendo que não podem abrir mão dos incentivos. Qual é a indústria de açúcar que vai para Cuiabá, que tem a mesma distância do Oceano Atlântico, do Oceano Pacífico? Ninguém vai se instalar lá, no deserto. É como na Austrália.

Então, este é um esforço. A discussão está aí. Não há a menor dúvida de que, se a reforma passar, a competência legislativa das Assembléias vai diminuir e muito, talvez possibilitar até uma reforma de nível político para ver se nós mantínhamos o Congresso Nacional com este número de Deputados ou se imaginamos outra coisa. Alguns Deputados apresentaram uma proposta de emenda de que os regulamentos, este regulamento único teria que ser aprovado pelas Assembléias Legislativas. Estão copiando o exemplo da Constituição americana. Sabem que nos Estados Unidos da América, uma emenda constitucional que atinge estados tem que ser aprovada por todos os estados, aprovado pelo Congresso

Nacional, pelo Senado americano, mas se cada estado não ratificar, não passa. Por isso as emendas à Constituição americana são muito poucas, porque elas têm que sistematicamente ter sido rejeitadas por um ou por dois estados. E lá são 51 anos que tratam disso. Então, há uma idéia de que as Assembléias Legislativas participassem da reforma tributária, votando este regulamento. Não teria o poder de modificar o regulamento, mas teria o poder de vetar, se fosse o caso. Se vetasse, teria que se fazer outro regulamento.

É isso. Muito obrigado.

O SR. NELSON JUSTUS (DEM)

Ao tempo em que cumprimento, em nome de todos, o Secretário Heron Arzua, passo a palavra ao professor constitucionalista, professor Clemerson Clève e aí sim, depois da explanação do Dr. Clemerson, podemos abrir a todos para perguntas que queiram fazer ao Dr. Heron Arzua ou ao Dr. Clemerson.

O SR. PROFESSOR CLEMERSON CLÈVE

Cumprimento a todos os presentes que compõem a Mesa, senhoras e senhores, é um prazer enorme estar aqui na Assembléia Legislativa, a convite da CCJ, para discutir a reforma tributária que está sendo votada no Congresso Nacional, em função da PEC nº 233.

Nosso Secretário da Fazenda já fez uma exposição sintética e ao mesmo tempo verticalizada, a propósito da arquitetura desta proposta de reforma tributária, de modo que com isso posso, aproveitando suas palavras, tratar de algumas outras dimensões que me parecem ser importantes para um debate aprofundado nesta manhã. De modo que minha exposição envolve primeiro uma discussão a respeito da filosofia da reforma, uma vez feito um diagnóstico sobre o sistema tributário brasileiro, que é um diagnóstico aparentemente consensual. Falarei depois alguma coisa envolvendo o problema de técnica legislativa. Nesta PEC nº 233, inclusive, há manifestação da CCJ na Câmara dos Deputados e apresentação inusitada de um substitutivo por essa Comissão. E finalmente, discutirei o mérito desta reforma, mas particularmente naquilo que diz respeito ao problema do pacto federativo, tal como definido quando fui convidado, definida esta missão pelo Deputado Durval Amaral.

Creio que todos nós estamos de acordo, formamos um consenso a propósito do diagnóstico do sistema tributário nacional. É um sistema complexo, caótico, custoso, que envolve muitas vezes uma insegurança jurídica para os contribuintes e tem o problema, ainda, da falta de transparência. Pagamos impostos, muitas vezes não sabemos que estamos pagando impostos. Por isso, a importância de medidas didáticas como esta que vemos aqui ao lado, a apresentação dos nossos números de arrecadação, em função de um “impostômetro”.

Feito este diagnóstico, diríamos que seria necessária uma reforma tributária que pudesse, por um lado, buscar o que chamamos de Justiça Fiscal, Justiça Tributária,

envolvendo desde logo o princípio segundo o qual nós temos o dever fundamental de pagar impostos, porque o estado, em última análise, vive da arrecadação que opera no campo da sociedade civil, para redistribuí-lo na forma de serviços e de cumprimentos de direitos fundamentais.

Portanto, há por um lado a obrigação do estado de satisfazer direitos fundamentais e particularmente através de políticas públicas. E há, por outro lado, por parte do cidadão, o dever de pagar impostos.

O que nós percebemos, além desta idéia de Justiça Social, a necessidade de uma certa desoneração tributária, ou seja, a carga tributária que hoje temos no país já ultrapassa os 38% do PIB. É uma carga bastante grande para um país emergente, para um país em desenvolvimento. E uma carga excessiva, inclusive porque o estado não tem conseguido, apesar dos esforços, racionalizar. Temos políticas desenvolvidas pelo Poder Público que são políticas distributivas, que operam no sentido de construir uma verdadeira Justiça Social. Mas, por outro lado, o desenvolvimento de políticas públicas que são concentradoras a que envolvem, na verdade, o aumento das diferenças sociais entre todos. Por um lado distribuimos Bolsa-Família e por outro lado concentramos R\$ 150 bilhões por ano em pagamentos de juros da dívida pública.

Portanto, eu diria que há por um lado a Justiça Fiscal. Por outro lado, há necessidade da desoneração. Há a necessidade da transparência e da simplificação. E por fim, haveria necessidade também, naquilo que diz respeito aos estados e no que atinge o ICMS, a necessidade de acabar com a guerra fiscal.

Estes seriam objetivos, eu diria, para uma reforma tributária tal como ela seria desejada pela sociedade brasileira, neste tom abstrato que envolveria a possibilidade da construção de um consenso.

O que propõe a PEC nº 233? O que percebemos aqui é um projeto com a filosofia muitas vezes contraditória. O projeto fala em desoneração, mas não há possibilidade da construção de uma verdadeira prognose. Nosso Secretário, agora mesmo, disse que não sabemos se teremos, verdadeiramente, desoneração tributária. É possível que haja aumento na arrecadação. Não há propriamente simplificação. Ao contrário, nosso sistema continuará extremamente complexo. E certamente conseguirá, eventualmente, acabar com a guerra fiscal. A questão é saber se não está com esta PEC utilizando um canhão para matar um pardal.

Propõe mecanismos desproporcionais, armas desproporcionais para acabar com a guerra fiscal, que poderia ser resolvida de outro modo. Mas, ao mesmo tempo, se fizermos a leitura da exposição de motivos da PEC apresentada pelo Ministro da Fazenda. Sr. Guido Mantega, vamos ver uma filosofia confusa. E mais do que isso, uma filosofia que ora fala também em aceleração do crescimento. O que mostra que o Governo Federal não sabe, exatamente, a que propósitos está servindo. Ou ele pretende uma reforma para acelerar o crescimento, ou ele pretende uma reforma para desenvolver o país, ou pretende uma reforma para desonerar, para simplificar e buscar Justiça Tributária.

Temos, portanto, este primeiro problema. O segundo problema que temos em relação a esta proposta de reforma tributária diz respeito a uma recorrente - falo isso com todo o respeito - insinceridade do Governo Federal no que diz respeito às possibilidades de reforma neste campo. Temos visto que todas as vezes que temos falado em desoneração, temos conseguido resultados que são exatamente o contrário. Apesar do discurso da desoneração, o que temos visto é o aumento da carga tributária. Vimos isso recentemente em relação à mudança da COFINS. Além disso, temos verificado que todas as cartas não estão na mesa. E todas as cartas não estão na mesa porque não temos discutido, por exemplo, o problema da desvinculação da receita orçamentária, a famosa DRU, que concentra 20% da arrecadação de determinados produtos nas mãos da união, a não incidência do ICMS sobre as exportações. Verdadeiramente parece que não podemos mesmo exportar tributos, mas isso não é certo quando falamos de commodities. Devemos fomentar a política de industrialização do país. A incidência devidamente regulamentada por lei complementar das exportações, particularmente de commodities, é uma absoluta necessidade, como vários países têm demonstrado, inclusive como política econômica para evitar o problema da vaca holandesa, ou seja, a doença holandesa, no sentido de que isso serve como política econômica, mas também como política de arrecadação, como tem acontecido na Argentina.

Não há na apresentação da PEC, da Proposta de Emenda Constitucional, números que possam nos levar a uma confiança, depois dessa trágica experiência que temos tido como contribuintes. Não há números que possam, de alguma maneira, nos confortar no âmbito de prognose, que resultados alcançaremos com esta reforma tributária. Por um lado temos um consenso em relação ao diagnóstico, por outro lado sabemos quais são as necessidades. Depois temos que verificar que esta Proposta de Emenda Constitucional apresenta uma filosofia que é dúbia e apresenta um problema ainda de prognose.

Qual é a medida que o Governo Federal propõe para resolver o problema do caos e desta complexidade do sistema tributário? Unificação de algumas contribuições, PIS, COFINS, CIDE, em um único imposto chamado IVA - Imposto sobre Valor Agregado, federal. Ao mesmo tempo a extinção do salário-educação. O Governo Federal ficará com dois IVAs, porque ele mantém o Imposto sobre Produtos Industrializados. Há uma proposta de diminuição da incorporação da contribuição sobre o lucro líquido ao Imposto de Renda e ao mesmo tempo uma proposta de diminuição da contribuição social sobre a folha de salários, de empregados, de 20% para algo em torno de 14% - paulatinamente uma diminuição de 1% ao ano. Isso do ponto de vista federal. Do ponto de vista dos estados, a proposta é a transformação do atual ICMS em um novo ICMS, que poderíamos chamar de Imposto sobre Valor Agregado, estadual. Então teríamos dois IVAs federais, o PIS e o IVAF. Um IVA que seria o novo ICMS, o IVAE - Imposto sobre Valor Agregado Estadual.

Essa é a proposta que envolve algumas questões extremamente interessantes: a mudança da cobrança do ICMS do lugar de origem para o destino, o que pareceu uma política extremamente interessante. Proibição de mecanismos que propiciem a guerra fiscal e o melhor tratamento dos créditos tributários, que têm trazido também uma disputa muito grande entre os estados da federação. Mas qual será o preço para resolver isso, verificar se precisamos desta reforma tributária presente na PEC nº 233, para resolver esses dados e problemas que consensualmente acreditamos que verdadeiramente existam?

Falemos primeiro do ponto de vista meramente técnico, o que pode parecer, nesse mundo pragmático brasileiro atual, uma bobagem, mas que talvez não seja propriamente uma bobagem. Falemos de técnica legislativa, em primeiro lugar. Temos uma monstruosidade nesta PEC nº 233. Já temos no Brasil mais de 60 emendas constitucionais apresentadas, muitas aprovadas, com sérios problemas de técnica legislativa. Mais do que isso, são Propostas de Emenda Constitucional, claramente realizadas muitas vezes por técnicos bem intencionados, mas que provavelmente não conhecem o sistema constitucional, o sistema jurídico. Nesse caso temos mudanças e depois temos um acréscimo, uma parte das disposições transitórias da Constituição, para cuidar do período de transição. Isso seria absolutamente desnecessário, porque a questão de uma transição pode ser resolvida por meio de uma lei complementar e eventualmente por meio de uma resolução do Senado Federal, por tratar de questão de natureza federativa. Essas disposições que constam da parte transitória poderiam ir para outro lugar.

É uma PEC detalhista, que apresenta uma regulação constitucional extremamente complexa. É uma reforma que será, além de tudo, transitória e provisória, porque certamente daqui a 10 ou 15 anos, precisará de uma nova reforma constitucional. É uma PEC que quebra alguns pilares do constitucionalismo brasileiro, que sistematicamente tem sido quebrado pelas novas recorrentes emendas constitucionais. Estamos ampliando desmesuradamente a Constituição, sem a menor necessidade, porque teríamos possibilidade de resolver essa questão de outro modo.

Em relação aos estados e ao Distrito Federal temos nesta Proposta de Emenda Constitucional a continuidade do processo de concentração dos Poderes ou do poder nas mãos da união. Se apanharmos as emendas constitucionais já aprovadas no país, veremos que sistematicamente estamos retirando competências dos municípios e extraindo competências dos estados e transferindo-as ao Governo Federal, à união. No federalismo brasileiro, hoje, a união já legisla sobre quase todas as matérias nucleares brasileiras. No entanto, estamos acrescentando ainda mais, extraindo, retirando, qualquer solução para um problema nacional. Tem envolvido ultimamente uma Proposta de Emenda Constitucional que retire dos estados e dos municípios e as transfira para a união, ou para órgãos da união, ou para órgãos pretensamente de caráter nacional.

Tenho dito muitas vezes para os meus alunos, que o Instituto da Intervenção Federal hoje é desnecessário no país, porque há uma intervenção permanente da união nos estados, por meio da sua atuação legislativa e mesmo por meio da renovação e da ampliação das competências dos órgãos federais.

Vejamos o que aconteceu recentemente com o Ministério Público e a Justiça, em virtude da criação do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça. Vejamos o processo de verticalização no campo judiciário brasileiro, em função da vinculação das decisões dos órgãos superiores, particularmente do Supremo Tribunal Federal. Verifiquemos o fortalecimento da Polícia Federal depois da legislação sobre crimes de lavagem de dinheiro. Estamos remodelando a federação brasileira para um modelo de federalismo débil, que é um pouco mais do que um sistema em que os estados, as unidades periféricas, as localidades estaduais, seriam um pouco mais do que autarquias de natureza territorial. Do ponto de vista do poder constituinte do estado membro, resta muito pouco para os estados membros. O estado membro já está definido na pré-ordenação da Constituição Federal, em função de uma Constituição analítica como a nossa. Do ponto de vista da competência legislativa, muitas vezes o legislador estadual deve satisfazer novas gerais federais. Há uma vocação hegemônica da união nesse campo. Se percebermos paulatinamente, estamos transformando e debilitando o federalismo brasileiro.

Podemos eventualmente nos perguntar: essa Proposta de Emenda Constitucional ofende o federalismo enquanto cláusula pétrea? Certamente não, de modo literal, claro, objetivo. Mas se percebermos a progressão das emendas constitucionais, vamos vendo um tijolinho sobre o outro, de tal maneira que paulatinamente estamos extraindo competências das Assembleias Legislativas, dos Governadores dos estados e mesmo dos Judiciários locais e dos Ministérios Públicos locais. É preciso que tenhamos clareza em relação a isso, se vale a pena defendermos um modelo de Federação com estados mais fortes ou se vamos admitir um modelo de federação com estados membros mais débeis, mais frágeis, autoridades quase delegadas do Governo Federal. Pretendem alguns que esse debilitamento é o preço que pagamos para a construção de um federalismo cooperativo. Mas há um equívoco em relação a isso. O federalismo cooperativo não importa no crescimento desmensurado da união, sobre as demais unidades federadas.

Esse crescimento das competências da união está ocorrendo no contexto de um hiperpresidencialismo. Não estamos falando aqui de um sistema democrático parlamentar ou de um sistema democrático, onde o Presidente da República não tenha as atribuições que ostenta no Brasil. Se o Presidente dos Estados Unidos é mais forte do que o Presidente brasileiro, do ponto de vista estritamente

jurídico, o que temos no Brasil é um hiperpresidencialismo. Com um Presidente que pode propor propostas, emendas à Constituição, que dispõe de iniciativa privativa das leis mais importantes do país e que passará a ostentar iniciativa da lei mais importante, do ponto de vista tributário dos estados membros, sem que os Governadores - eles mesmos - disponham dessa iniciativa, sem disporem sobre essa matéria do ponto de vista do seu poder regulamentar.

Não estamos falando de um processo de centralização dos Poderes da união, em um contexto de um estado que seja parlamentar ou em um contexto de um estado que tenha um presidencialismo profundamente controlado pelo Legislativo. Não é disso que se trata. Temos um Presidente que edita medidas provisórias, que desempenha um papel protagônico no contexto de um estado, que controla uma parte substancial da economia brasileira e que para desenvolver suas políticas de Governo poderá ser tentado a diminuir a possibilidade de arrecadação nos estados.

A idéia pragmática de que o importante é o dinheiro que chegue no fim do mês ao Tesouro, pode ser muito boa em curto prazo, mas não preserva as instituições nacionais e a necessária disputabilidade existente entre poder central e coletividade federadas. É importante, que os estados tenham um peso para poderem se contrapor do ponto de vista funcional. Não estou propondo um federalismo dual dos tempos da 1ª República. Estou falando de um federalismo cooperativo, levando em conta os interesses regionais e também as necessidades da autonomia política e da competência legislativa. Aquele que não tem poder de tributar não dispõe de poder, está sempre à mercê das políticas que serão desenvolvidas pelo Governo central.

Pergunto para os senhores, se o que temos aqui é necessário para resolver a guerra fiscal. Se não poderíamos resolver a guerra fiscal de outro modo, que eu chamaria de menos traumático e talvez mais inteligente. A guerra fiscal precisa ser resolvida, mas para isso eu vou desnaturar a federação brasileira? Começamos nesta Proposta de Emenda Constitucional com a criação de uma nova hipótese de intervenção federal, ou seja, poderá se decretar intervenção naquele estado que reter parcela do produto da arrecadação do ICMS devida à outra unidade da federação. Perfeito. Mas eu diria que temos apenas uma cortina de fumaça. Isso aqui não é nada, porque efetivamente teremos uma intervenção que é permanente, por conta da competência legislativa da união nesta matéria.

Percebam os senhores que os estados não mais instituirão o ICMS, portanto, ele será instituído por uma lei complementar federal. Criamos uma nova competência ao lado da competência concorrente e ao lado da competência comum. Criamos aquilo que o constituinte derivado está chamando de competência conjunta. Esta lei complementar será de iniciativa de 1/3 dos membros do

Senado Federal, desde que haja representantes de todas as regiões do país. Nem sempre isso será possível. Um terço dos Governadores de estado e do Distrito Federal ou das Assembleias Legislativas - a Assembleia terá apenas iniciativa, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros, desde que sejam representadas, em ambos os casos, todas as regiões do país. Dois dispositivos de impossível realização. De modo que a iniciativa será do Presidente da República, que com iniciativa de lei envolvendo matéria de interesse das coletividades federadas.

Além disso criamos uma nova hipótese de cabimento do recurso especial, o que parece ter sentido no contexto desta reforma. O recurso especial, como sabem os senhores, é uma modalidade de recurso extraordinário de competência do Superior Tribunal de Justiça, que exerce o contencioso da legalidade. Haverá a possibilidade da anteposição do recurso especial para o STJ, na circunstância em que houver decisão que contrarie a lei federal ou a regulamentação relativa ao imposto a que se refere o artigo 155-A, o novo ICMS ou o IVA-E - Imposto sobre Valor Agregado Estadual. Essa regulamentação também não será dos Governadores dos estados. A regulamentação da lei complementar federal será operada pelo que chamamos de novo CONFAZ, que disporá de uma competência normativa secundária, que terá sido extraída da atribuição que hoje é do Chefe do Poder Executivo Federal.

O que mais temos aqui que se afigura de alguma maneira assustadora? É claro que o Senado Federal como órgão da Federação deve ter um papel importante, na definição das alíquotas do imposto federativo como esse, do imposto importante para os estados membros da federação. O Senado exerce um papel importante neste campo. O que acontece é que há uma modificação, as alíquotas desse imposto do novo ICMS serão definidas por resolução do Senado Federal, por iniciativa de 1/3 dos Senadores ou 1/3 dos Governadores, aprovada por 3/5 de seus membros e estabelecerá as alíquotas do imposto, definindo também a alíquota padrão, aplicável a todas as hipóteses não sujeitas à outra alíquota. O substitutivo do Relator da Comissão de Constituição e Justiça pretendeu que esta alíquota fosse definida em lei complementar, não em resolução. A resolução no Senado Federal definirá enquadramento de mercadorias, exclusivamente mediante aprovação ou a rejeição das proposição do CONFAZ, que poderá reduzir e reestabelecer essa alíquota aplicável. Por outro lado, uma lei complementar definirá as mercadorias e serviços que poderão ter a sua alíquota aumentada ou reduzida por lei estadual. Uma espécie de uma competência delegada da Assembleia Legislativa, que passa a figurar como uma espécie de órgão menor.

O curioso ainda é que há a possibilidade de criação, por meio de lei complementar, de um processo

administrativo fiscal que envolva o controle do exercício da administração tributária dos estados. Poderá, no caso do descumprimento das normas que disciplinam o exercício da competência do imposto, na forma e gradação previstas na lei complementar. Poderá ainda esta lei complementar prever a aplicação para os estados e Distrito Federal de multas de retenção de recursos, oriundos das transferências constitucionais e seqüestro de receitas.

Pasmem os Senhores! Poderão ser admitidas ainda no caso dos agentes públicos dos estados e do Distrito Federal, multas. Pasmem os Senhores! Suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível. No que estamos transformando o estados membros? No que estamos transformando os agentes políticos estaduais? No que estamos transformando os agentes públicos estaduais? Estamos criando uma hierarquia entre as coletividades federadas, onde a união passa a exercer a tutela das coletividades federadas? Dirão os senhores que sim, mas que isso foi extraído do relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. No que é verdade. Isso demonstra a filosofia da proposta de reforma constitucional, que foi encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

Eu diria aos Srs. que é evidente que a federação corre risco, e que estamos paulatinamente transformando os estados membros em coletividades políticas menores. Fui gentil chamando de federalismo débil o que estamos construindo imperceptivelmente no Brasil. Talvez possamos dizer que o Brasil vai se transformando em um estado descentralizado, politicamente, com meras autarquias territoriais com determinada capacidade política menor. A Constituição do estado pouco dirá e pouco terá importância. A legislação estadual se subordina completamente à federal - não se trata de discriminação de competências.

Por fim, extraímos uma série de competências que haviam sido conferidas pelo constituinte originário aos estados membros e as transferimos não para a coletividade dos estados, por meio de uma ação conjunta, mas diretamente à união, que passa a exercer cada vez mais um papel protagônico, para além daquele papel que naturalmente ela haveria de exercer no quadro de uma federação de natureza cooperativa.

O que temos de importante e interessante nessa Proposta de Reforma Constitucional naquilo que concerne ao ICMS? Primeiro, a tentativa de eliminação da guerra fiscal. De que modo isso poderia ter sido resolvido? Provavelmente acrescentando novas hipóteses de cabimento da lei complementar, que estabelece normas gerais a essa matéria e fortalecendo o CONFAZ. Quero lembrar aos senhores que a guerra fiscal que temos é no quadro de uma prática inconstitucional. A Constituição Federal não admite e não tolera a guerra fiscal e não

obstante temos tido a guerra fiscal. Provavelmente uma simples cláusula constitucional que dissesse qualquer incentivo, qualquer manejo do ICMS para efeito de estabelecimento de uma política de natureza industrial ou econômica, seria nula e isso poderia eventualmente bastar. O que vai diminuir efetivamente a guerra fiscal diz respeito à mudança da cobrança do tributo da origem para o destino. Se na origem o estado membro arrecadar uma alíquota de 02%, para não desestimular o estado a promover a fiscalização, parece uma solução inteligente. Na Proposta de Emenda Constitucional a alíquota, no caso do petróleo e da energia elétrica, seria zero. No substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça passa também a ser 02%. Se operássemos isso, desestimularíamos a utilização do imposto para políticas dessa natureza. No que diz respeito ao ICMS, poderíamos alcançar os resultados que esperamos que a reforma alcance, por meio da alteração da cobrança dele da origem para o destino, com um período de transição que não precisa estar definido em disposição com estatura constitucional. Isso poderia ser definido em mera lei complementar ou através de manifestação do Senado Federal, por uma maioria expressiva dos votos, com o fortalecimento do CONFAZ e a definição claríssima da nulidade de mecanismos desta ordem.

Para completar, dizer aos senhores que em primeiro lugar temos uma reforma tributária que verdadeiramente não é uma reforma tributária, ela é meramente utópica. Em segundo lugar, é uma reforma que precisará logo logo de outras reformas. Em terceiro lugar, ela não oferece a possibilidade de, em termos de uma prognose, sabermos se teremos desoneração ou não. Em quarto lugar, ela não simplifica o sistema, porque ele continua dotado de grande complexidade. Em quinto lugar, no que diz respeito à solução da guerra fiscal, não precisaríamos de medidas tão duras e tão drásticas como estas que envolvem a usurpação da competência legislativa dos estados membros nessa matéria. Bastaria fortalecer o campo de manifestação da norma geral por meio de lei complementar federal, com o fortalecimento do CONFAZ e com a mudança da cobrança do ICMS da origem para o destino. Teríamos uma reforma mais simples e mais clara, de alguma maneira atacando aquilo que se pretende atacar, mas que preservaria de alguma maneira a autonomia dos estados membros. Inclusive, não apenas a possibilidade dos estados continuarem a instituir o ICMS, mas também a possibilidade dos Governadores exercerem o seu poder normativo, por meio da regulamentação, observadas sempre as disposições nacionais a respeito da matéria.

Sou profundamente cético em relação a essa proposta de reforma constitucional e manifesto a minha mais absoluta preocupação, pelo modo como nós, de maneira recorrente, temos tratado a federação brasileira. A minha preocupação é maior ainda, porque parece que o problema da federação não está na pauta nacional.

Vejo muitas vezes os próprios Governadores negociando a perda de competência dos estados, por conta da garantia de somas adicionais que serão recebidas pelos estados, por meio do Fundo de Desenvolvimento Regional, por exemplo. Se nossos agentes políticos não estão preocupados com isso, penso que a sociedade deve estar preocupada, porque a garantia da liberdade exige não só a separação dos Poderes no plano horizontal, mas exige ao mesmo tempo a manutenção da separação das competências no plano da distribuição do poder, envolvendo união, estados e municípios. Os americanos sabem perfeitamente como é importante manter as unidades federativas. É preciso que os brasileiros aprendam isso também.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

A responsabilidade da Assembléia Legislativa fica muito maior, na medida exata que ouvimos a brilhante palestra do Secretário Heron Arzua e do nosso professor, mestre, doutor, pós-doutor, constitucionalista, Clemerson. Não posso deixar de refletir publicamente da importância... nós, responsáveis pela elaboração das leis do Paraná e do país estamos deixando que os Poderes Central, Executivo e outros usurpem gradativamente a competência do Parlamento Nacional e Estadual. Como muito bem colocou o nosso Secretário, Dr. Heron Arzua, que daqui a pouco a Assembléia Legislativa do Paraná e do Brasil, de uma maneira generalizada, vai outorgar título de Cidadão Honorário, colocar nomes de ruas e avenidas e haverá um empobrecimento. Ouso dizer, Dr. Clemerson, que corremos o risco em médio prazo de colocarmos em risco até a democracia, porque essa renúncia ao federalismo, ao poder de legislar e ao poder de fiscalizar dos parlamentos automaticamente enfraquece sobremaneira o Legislativo. Isso poderá trazer consequências seriíssimas à democracia no nosso país - não quero ser catastrófico - em longo prazo.

Quero fazer uma constatação que está na revista Veja dessa semana, que vem de encontro ao nosso impositômetro que está colocado com a arrecadação acumulada do Governo Federal. Estamos observando ali 475 bilhões e 599 milhões - talvez não dê tempo de completar os milhões, porque já mudou ou vai mudar daqui a pouquinho. Em 2003, o Governo para arrecadar R\$ 500 bilhões, conseguiu chegar a esse número, no dia 27 de novembro. Os mesmos R\$ 500 bilhões, no ano de 2004 foram alcançados no dia 15 de outubro. Em 2005, os mesmos R\$ 500 bilhões de arrecadação foram alcançados no dia 06 de setembro. Em 2006, no dia 10 de agosto. Em 2007, no dia 22 de julho. No ritmo que vamos, em 2008, no dia 02 de julho, o estado brasileiro, a federação, enfim, a união, já terá arrecadado R\$ 500 bilhões. Não estamos fazendo uma autocrítica aos Parlamentares Estadual e Federal. Estamos preocupados em discutir, porque estamos aqui. A sociedade tem que se mobilizar. A reforma tributária

tem elementos muito importantes e bons para a sociedade, mas têm algumas disposições, pegadinhas, que no nosso modesto entendimento pode ferir de morte o pacto federativo e tirar totalmente a autonomia dos estados.

Antes de facultar a palavra aos presentes e aos nobres Secretários de Estado, que nos honram com sua presença, passar a palavra ao Dr. Pedro Sanches, que é Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná, que gostaria também de fazer algumas considerações sobre essa reforma tributária.

O SR. PEDRO SANCHES

Cumprimentar o nosso Deputado, Presidente da CCJ, Durval Amaral, demais Deputados presentes, parabenizar o Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, pela sua palestra e explanação e também o Dr. Clemerson, pela sua brilhante palestra e demais Membros da mesa.

Colocar alguns pontos para reflexão. Temos que ter muito cuidado com o que estão querendo fazer. Não se pode aprovar dessa forma um projeto que modificará todo um país. Porque o que está por trás desta pressa é a não discussão do pacto federativo. Pois uma vez aprovada a PEC nº 233 passaremos a ter um país unitário, acaba-se a federação. Vai acabar com qualquer possibilidade dos Governadores formularem políticas públicas, de natureza tributária para promover o desenvolvimento regional.

Somos sabedores que a reforma traz avanços importantes, mas a transferência para a união da competência de regular o ICMS é inconstitucional, por ferir a autonomia dos estados, transformando os estados e municípios em reféns da união. Pois esta concentração de receita na união vai torná-la menos transparente e eficiente com os gastos públicos.

Hoje, indo de encontro àquilo que o Dr. Clemerson falou, temos 49,6% de receita cobrada pelos estados e passará a ser apenas 4,26%. Os municípios cobram hoje 4,83% e passarão a cobrar 2,54%. Pasmem os senhores! A união que hoje cobra 45,57% passará a cobrar 93,2%. Em 1996, a Lei Complementar nº 087, a famosa Lei Kandir, tirou o ICMS na exportação de produtos acabados, da matéria-prima, de semi-elaborados e outros e criou um fundo de compensação, tal qual estão querendo criar hoje o novo fundo. Isso é o que prevê a PEC nº 233 que não funcionou na época, fazendo com que os estados elevassem a carga tributária sobre o consumo de telefone, combustível, energia elétrica e outros produtos, chamando os cidadãos brasileiros a cobrir a diferença no orçamento.

Se aprovada a PEC nº 233, onde iremos buscar esses recursos eventuais na não compensação deste fundo? Os Governadores certamente terão de ir de pires na mão a Brasília. Tiraram o poder dos estados com o Simples Federal. Como o Dr. Heron Arzua falou, 90% das empresas hoje estão no Simples Federal e agora estão tirando o resto. Do jeito que está sendo proposto, o IVA-F, federal, será feito à legislação através de lei ordinária. O IVA-E, estadual, vai ter praticamente o poder do Presidente da República. Hoje o que consta na lei sobre as

decisões do Congresso, do Senado e das Assembléias Legislativas ficará simplesmente em poder do Presidente da República a decisão sobre essa legislação.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Vou abrir neste momento a palavra para as perguntas, solicitando que sejam bastante objetivas para que os nossos palestrantes possam também de maneira objetiva dar as respostas. Antes, porém, consulto os Srs. Deputados Dr. Batista, Edson Strapasson, Reni Pereira - os demais Deputados foram ao Palácio - se gostariam de fazer algum questionamento. Deputado Reni, V. Exa. que é Presidente da reforma tributária?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

O Deputado Strapasson disse que já estão começando o treinamento com o pires, porque foram ao Palácio.

(Risos)

Há poucos minutos acessei uma notícia, aqui, parece que a votação da emenda ficou para depois da eleição municipal. Sendo muito otimistas as lideranças acreditam que há a possibilidade de votar apenas na Comissão Especial. Como foi citado pelo Deputado Durval Amaral, a mobilização política está ocorrendo. Em relação ao posicionamento técnico e jurídico, tanto do Dr. Heron como do Dr. Clemerson, não há nada mais a agregar. A mobilização política que ocorreu inicialmente em Curitiba, através do Colegiado de Presidentes de Assembléias e também na semana seguinte na cidade de Fortaleza, onde a UNALE - União Nacional das Assembléias Legislativas fez a sua Conferência e para lá foi em uma Audiência Pública a Comissão Especial da Reforma Tributária, o seu Presidente estava presente, o Deputado Antônio Palocci, também o Vice-Relator, Deputado Edinho, e mais oito membros da Comissão, de uma maneira bem enfática foi exposto pelo Presidente do CONFAZ, o Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, que a coisa não será tão fácil assim se passarem por cima do que não apenas parece, mas realmente o é, uma ruptura com o pacto federativo com a diminuição do Poder Legislativo dos estados federados e da UNALE, da qual sou Presidente da Comissão de Acompanhamento. Por que acompanhamento? Porque os Deputados Estaduais podem fazer isso que o Deputado, Presidente da Comissão e Justiça está fazendo hoje aqui, chamando para o debate, acompanhando e mobilizando.

A UNALE está mobilizando permanentemente para que se as alterações que foram propostas, tanto pelos Secretários de Fazenda, através do CONFAZ, como aquelas que foram propostas pela UNALE no sentido de resguardar a capacidade legislativa e também o poder dos estados em disciplinar em parte sobre seus impostos, essa mobilização ocorrerá, se não for possível na Câmara - sabemos da grande maioria governista - mas pelo menos

no Senado Federal uma grande mobilização, com certeza solicitando aqui os bons préstimos do nosso constitucionalista paranaense, invocarmos no Supremo Tribunal até a própria nulidade de alguns dispositivos que entendemos que ferem, de modo frontal, principalmente, a cláusula pétrea de não diminuir a autonomia dos estados.

Agradecer a presença do Secretário da Fazenda, do Dr. Clemerson, do Presidente do Sindicato dos Auditores, que através da FENAFISCO apresentaram essa proposta de administração tributária, uma forma de simplificar e de levar uma coisa nova no que diz respeito ao contribuinte de diminuir. Algo que também está sendo batido nessa oportunidade da reforma tributária é que não está se invertendo a lógica de concentração de arrecadação na união. Enquanto a maioria dos serviços está concentrada aonde o contribuinte paga e a população precisa dos serviços, o município é onde fica e continuará ficando a menor parcela do que se arrecada em tributos. Hoje existe a presença de serviços muito fortes nos municípios, com a participação dos estados na Segurança Pública e em alguns outros serviços públicos, porém a grande concentração fica em Brasília. Há várias teses que levantamos nesse Congresso da UNALE, de que esse passeio do dinheiro muitas vezes propicia uma diminuição da efetividade que propõem os impostos.

Parabenizar o Dr. Heron, no aspecto técnico, fazendo um histórico, e o Dr. Clemerson, no aspecto jurídico, falando que infelizmente essa reforma pode simplificar e aumentar a arrecadação, mas ela reforma apenas para o lado do Governo Federal e do poder estadual.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Está aberta a palavra aos presentes, senhoras e senhores e neste momento ao Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL SCAREBELLA

Senhores, estava preocupado no início deste evento, com o foco de certa passividade federativa dos estados membros. Mas ficamos tranquilos quando o Deputado Reni nos trouxe a informação de que a classe política está se mobilizando em torno deste foco político da reforma política.

O que o professor Clemerson falou é fundamental, no sentido que deveríamos ter sempre presente o aspecto federativo da república brasileira. O senhor se lembra que temos um companheiro que participou das comemorações dos 200 anos da vinda da família real, na qual a principal reivindicação política para a Constituição, para a transferência da monarquia para a república, foi o sentido da descentralização do sistema político brasileiro. Do ponto de vista histórico, se os senhores remontarem ao período colonial, vamos observar que Portugal era uma monarquia centralizada e não podia ser diferente, Deputado Reni, porque ela tem uma

dimensão de cerca de 90 mil Km², metade do território do Paraná, que teve ao longo do período histórico que desenvolver constantemente um esforço de manutenção de sua autonomia política, da sua independência em face dos castelhanos e da coroa espanhola, que era um gigante, uma potência que estava ao lado de Portugal. Em Portugal todas as forças políticas e econômicas sempre tinham que estar ligadas à figura do Rei, da coroa, centralizadas na monarquia. Esses etos histórico transferiu-se para nós, porque foi no período formativo do Brasil. Temos uma federação, hoje, um território continental de quase 9 milhões de Km² jungidos historicamente ao mesmo etos cultural português, de 90 mil Km². Por isso temos recorrentemente essa tentativa, principalmente da cúpula governamental de centralizar o processo político e decisório do país. Daí essa proposta de reforma tributária que fere o pacto federativo, ao qual devemos estar sempre zelosos principalmente na região sul.

O Secretário Heron Arzua poderia neste ponto se unir com os outros colegas da região sul, porque embora tenhamos interesses pontuais diversos, de uma forma geral geopolítica, temos interesses mais ou menos comuns nos estados da região sul, porque ela e mais o sudeste são os estados doadores de recursos para a federação. Devemos ter sempre presente essa necessidade de preservar a autonomia política-constitucional dos estados do sul expressa nessa matéria tributária.

Do ponto de vista técnico, os senhores levantaram esses aspectos gerais da situação. Mas do ponto de vista político deveremos ter sempre presente essa necessidade de união e de defesa da autonomia política, sob pena de anularmos a obra republicana liderada por Rui Barbosa, Benjamin Constant e tantos outros. Voltaremos a ser uma federação anulada e descentralizada em Brasília com baixa eficiência e elevação da taxa de corrupção, como lembrou o Deputado Reni. Estamos vendo essa situação do PAC e de outros programas federais que ensejam baixa efetividade, que levam a corrupção e até a desagregação do sistema político em última análise. A defesa da federação deve ser ao lado da eficiência do estado, da redução da carga tributária, a bandeira principal da nossa Assembléia Legislativa.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Dr. Rafael, agradeço a sua participação. Foi apenas uma constatação que V. Sa. fez. Não houve uma pergunta objetiva, mas as suas palavras ficaram muito bem colocadas. Continua em aberto se alguém quiser fazer algum questionamento, colocação ou pergunta.

(O Sr. Rafael Scarebella faz a pergunta sem o uso de microfone - inaudível)

O SR. HERON ARZUA

Em curto prazo não há prejuízo para ninguém, porque a reforma apenas começa a vigor a partir de 2011. É evidente que se um projeto desse passar, o que é muito difícil, os estados do sul e sudeste são imediatamente beneficiados, porque são os que menos aderiram a guerra fiscal. Os estados do norte e do nordeste vêm repetidamente dizendo isso no âmbito do CONFAZ, que essa reforma beneficia os estados do sul e do sudeste principalmente São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e enfraquece os estados do norte, nordeste e centro-oeste. À visão deles, o fim dos incentivos fiscais, significa que ninguém mais vai fazer indústrias no norte e no nordeste e vem todo mundo para o sul, maravilha, e para o sudeste.

Quem faz as contas nacionais de perda e ganho da reforma tributária é uma funcionária do estado do Paraná, a economista G. B.. Pelos cálculos e dados que ela tem até agora, ela fez um perfil dos estados que ganham e perdem com a reforma tributária. Tanto é que a união quer que os estados que ganhem com a reforma tributária redistribuam esses recursos para as unidades. Nessa conta, na questão do destino e da origem, o Paraná ganharia 1,6%. É evidente que existe a desoneração, que é grande, da compra dos bens de capital e o reconhecimento amplo dos créditos fiscais. Isso também tem um impacto muito grande, que é da pureza do imposto. Os estados entendem isso como uma perda. Eu, pessoalmente, acho que é uma das virtudes do imposto, que foi feito para isso, reconhecer crédito. Não tem porque você reconhecer crédito hoje para a luz que está na fábrica e não reconhecer o crédito na luz que é gasta no escritório, do telefone e aí assim vai, da lixa, do rebole e a porção de coisas.

Poderíamos aperfeiçoar a legislação sem fazer uma modificação muito grande. Na questão de usar os incentivos fiscais, uma medida só, pequena, resolveria o assunto, apenas responsabilizar pessoalmente o Governador e o Secretário da Fazenda, que fizessem incentivos fiscais à margem do CONFAZ. Só essa medida acabaria com a guerra fiscal indiscutivelmente. Não precisaríamos nem mais de outros grandes mecanismos para isso. Penso que objetivamente o Paraná ganhe com uma reforma tributária dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Solicitando, pedindo que cada um dos presentes que queira fazer pergunta ou questionamento, decline o seu nome, para que seja registrado pela taquigrafia.

Continua livre a palavra.

(O Sr. Sebastião faz a pergunta, sem o uso do microfone - inaudível)**O SR. CLEMERSON CLÈVE**

Lembrar que o que temos feito no Brasil nos últimos anos é uma paulatina desconfiguração da federação. Cada emenda tomada individualmente não se apresenta como claramente ofensiva ao pacto federativo, porque ela sozinha não é capaz de caracterizar um processo de

abolição da federação. Não é uma emenda tendente a abolir a federação. Quando apanhamos emendas constitucionais já aprovadas e propostas como estas, colocando em uma linha cumulativa, vemos que o que estamos fazendo é operar o enfraquecimento da federação, transformando o nosso federalismo cooperativo em um federalismo débil, com protagonismo claríssimo da união e no quadro de um hiperpresidencialismo.

Eu diria que se tivérmos uma interpretação generosa da cláusula pétrea, certamente, poderíamos dizer que há uma ofensa frontal. A tendência é exatamente por conta da necessidade da resolução da tensão, entre permanência constitucional e mudança constitucional. A Constituição precisa permanecer, para manter a sua identidade e a sua qualidade. Nesta solução da tensão entre permanência e mudança, a interpretação da cláusula pétrea sempre será mais estrita, permitindo a possibilidade da reforma. Alerto que se do ponto de vista estritamente jurídico não podemos dizer que ela sozinha afronta a federação, podemos dizer que o caminho que estamos seguindo, sim, afronta a federação.

Por isso que a luta será menos jurídica e mais política, no quadro de uma sensibilização da sociedade brasileira para a necessidade de manutenção ou de reafirmação de outro modo do pacto federativo. Estamos cientes que o pacto federativo não é de uma federação dualista, é de uma federação cooperativa, que envolve importantes transferências de renda de estado para estado, no quadro de um mecanismo de solidariedade, para resolver o problema da desigualdade regional também. Sabemos disso, mas não significa dizer que temos que concentrar poderes na união. É isso que temos visto. Portanto, a sensibilização é absolutamente necessária. Por outro lado digo que a Proposta de Emenda Constitucional é desnecessária, como concorda o nosso Secretário da Fazenda, que para resolver a guerra fiscal não precisaríamos de tudo isso, seguramente a nulificação claríssima ou a responsabilização dos agentes e a mudança da cobrança do ICMS da origem para o destino. Isso seria absolutamente suficiente para resolver o problema da guerra fiscal.

O SR. HERON ARZUA

Essa questão do centralismo ou do descentralismo vamos ter que pensar um pouco mais, ver como é o mundo, pensarmos um pouco. Vocês sabem que quando instituíram o modelo da União Européia, cada estado, cada nação, abdicou de parcela de sua soberania, não autonomia, para que a União Européia tratasse de várias questões, não apenas dos impostos. Matéria judicial hoje tem um Tribunal de Bruxelas, que vale mais do que os tribunais de cada país. Talvez seja a tendência do mundo.

Outro dia assisti uma discussão de como é que fica o Brasil com o MERCOSUL. Se não poderíamos fazer uma legislação tributária uniforme entre o Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina e a união também teria que ceder parcela de sua soberania. O mundo parece estar mudando.

Essas questões de centralismo e descentralismo vivem e convivem historicamente. Não há dúvida que a rejeição ao Tratado de Roma, feito pela Irlanda recentemente, é uma manifestação de que alguns povos querem voltar a ser regentes do seu próprio destino, ameaçando até a própria continuidade da União Européia, se esse movimento que começou na Irlanda há 10 dias atrás venha a ocorrer. Dizer que na União Européia os países já abandonaram, não a autonomia e sim a sua soberania. Quem manda autoritariamente em matéria fiscal é o Comitê de Bruxelas. Ele que diz como é que cada estado se comporta. É mínima a competência dos estados na Alemanha, na Inglaterra, na França, de tratarem de impostos que digam respeito à comunidade.

Não sei se esse caminho que o professor Clemer-son anunciou e que vem notando nas medidas, já não é um sintoma. Tomara que não seja. Eu teria sintomas muito mais fortes do que ele disse, não no plano jurídico, mas do tratamento. O que a Secretaria do Tesouro Nacional faz com os estados brasileiros, que o Banco Central faz por Portaria, que deveria ser apenas ordem para o porteiro, por resoluções, interferem cotidianamente nos estados. A Lei de Responsabilidade Fiscal - com perdão do Reni - é uma violação à federação. Ela impõe restrições e ninguém se apercebeu disso. Esse ingrediente que o professor apontou, de inúmeras medidas nesse sentido, a meu ver a Lei de Responsabilidade Fiscal é a maior de todas, trata como se os Governadores, os Administradores Estaduais e os Prefeitos seja todos imbecis, ou seja, irresponsáveis.

Quem é que patrulha a Lei de Responsabilidade Fiscal? Não é nem o Presidente, é um organismo do Ministério da Fazenda, composto por burocratas que são os donos da coisa. Existe esse perigo, essa tendência, essas medidas, que vão aprofundando essas interferências indevidas. Para mim é muito clara a interferência do Ministério da Fazenda nos estados e no Banco Central. O que este banco faz é um negócio inominável. Não tem uma resolução do Banco Central que não seja inconstitucional e essas limitações amarraram os estados. Alguns estados, como o Rio Grande do Sul, mal se mantêm hoje em função de limitações.

Curiosamente, esses estados que estão mais apurados em Leis de Responsabilidade Fiscal são os que têm a melhor Educação, o melhor sistema de Saúde, o melhor sistema de Segurança, porque o dinheiro foi efetivamente aplicado - não que seja contra. Vamos ter que medir essas interferências olhando o mundo. Se o mundo caminha no sentido dos estados abrirem mão de sua soberania - existe uma exceção relevante no mundo que são os Estados Unidos - ou se vamos para o caminho da Comunidade Européia, onde os estados já não têm mais atribuições em matéria tributária, de Justiça, de conflitos que existam entre membros ou pessoas privadas entre países. Quem está decidindo é o Tribunal de Bruxelas.

O SR. CLEMERSON CLÈVE

Se me permite, eu queria esclarecer bem a minha manifestação. É evidente que entendo que a federação se cristaliza sempre em função de uma condensação de uma relação de forças centralizantes e descentralizantes. O pacto federativo envolve sempre uma dinâmica. Temos forças hoje que por um lado são evidentes que um país que pretenda se inserir num mundo globalizado, ele precisa rever as suas instituições. Isso tudo estamos absolutamente de acordo.

Chamo a atenção apenas para o seguinte fato, ou seja, quando afirmo que essa proposta de emenda constitucional faz o que é desnecessário para resolver o necessário. Além de tudo agride a federação. Não estou pretendendo com isso dizer, que se trata de algo isolado, ou seja, temos uma tendência de uns anos, de ter se manifestado assim. Certamente, que o Sr. Secretário tem absoluta razão, a Secretaria do Tesouro Nacional, Lei de Responsabilidade Fiscal, Matéria Educacional, em Matéria Ambiental. Ou seja, estamos vendo um protagonismo não apenas na união, como um protagonismo dos órgãos e muitas vezes entidades, da união. Os estados vão se transformando em mentes subordinadas. Se até agora isso passou batido tenho a impressão que é hora de começarmos a chamar a atenção para essa questão.

Certamente deveremos chegar lá. Mas através de, um mecanismo que envolva uma consensualidade, ou a criação de colegiados compostos pelos estados, ou políticas de incentivos, ou mecanismos quaisquer que não se apresentem de modo vertical, hierárquico e autoritário como vemos na PEC nº 233. Estamos, aqui, tirando competências da Assembléia Legislativa, portanto do estado, para jogar nas mãos da união. Com o Presidente da República ostentando a iniciativa de uma lei que envolve um tributo que é estadual, senhores. É disso que estou falando.

Quero lembrar que na União Européia, o que tivemos foi um mecanismo, portanto consensual, que envolveu a construção de um tratado. Será possível repetir isso no quadro da federação brasileira? É claro que não! Mas há a possibilidade da união exercer uma liderança da enfaseja para construção de consensos, não simplesmente atuar para usurpar as competências dos estados. Estou ciente que esse processo acontecerá, mas deve acontecer de outro modo e não este que temos visto ultimamente e lamentavelmente no Brasil.

O SR. ADRIANO (Gabinete do Deputado Anibelli)

Queria fazer uma pergunta para o professor Clève. Essas alterações previstas nessa reforma poderiam ser feita de outra maneira, numa forma infraconstitucional?

O SR. CLEMERSON CLÈVE

Veja bem, tenho a impressão que no que diz respeito à mudança da configuração do ICMS, não. Isso é matéria constitucional. Muita coisa poderia envolver uma solução infraconstitucional, mas nesse caso não.

Isso envolve reforma constitucional. Apenas imagino que a reforma não precisaria ter esse grau de intervenção como foi afirmado antes, ou seja, alterar a configuração do ICMS, a exigência de uma reforma constitucional. Não precisa ser essa não, pode ser algo mais inteligente e que envolva menos intervenção.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Inicialmente queria cumprimentar a pessoa do Secretário Heron, o professor Clève da exposição e dizer Deputado Durval, que essa iniciativa de V. Exa. foi muito importante, exatamente, para que possamos ativar esse sentimento e que estado, cidadão possa novamente demonstrar a sua vontade.

O que vemos que o clamor maior dessa tal falada reforma tributária, ela vem de parte do setor produtivo buscando a produção da carga tributária. No entanto, o Governo Federal, que sempre busca centralizar a sua parte de poder buscando a centralização econômica, existe um velho ditado que diz:

“Quem tem o dinheiro, quem tem o ouro, tem o poder.” Nós vemos claramente isso no Brasil.

Vemos muitas vezes as marchas dos Prefeitos querendo participar com uma parcela maior, tendo uma autonomia financeira maior, querendo poder ter uma independência maior nas suas finanças, dependendo menos da união, menos dos estados. Mas no momento decisivo diria que, cada um se acomoda com o pires com o contrato que lhe convier no momento oportuno.

Então muitas vezes temos que amadurecer esse sentimento debate nacional, para que os Deputados Federais e Senadores, realmente, lá em Brasília, votem naquilo que é a vontade do cidadão. A vontade do cidadão e a vontade do setor produtivo é a redução da carga tributária.

Esta reforma tributária caminha no sentido de reduzir a carga tributária, ou ela caminha no sentido inverso? Falando no sentimento de cidadão, de independência, ela caminha no sentido de valorizar os estados e os setores que realmente ousarem aumentar produção e, conseqüentemente, aumentam a base econômica, ou vamos nos acomodar no sentido de tal Bolsa Família, Bolsa Escola? Cada estado terá aquilo que lhe couber no sentido do percentual de população?

Por exemplo, essa guerra fiscal, Secretário Heron, ela é mais benéfica a quem hoje? E a quem prejudica a reforma tributária? O nordeste que usou e abusou, ou São Paulo, talvez, que também usou essa guerra fiscal como forma de se manter? A quem interessa essa reforma, hoje? É a minha pergunta.

O SR. HERON ARZUA

Bom, interessa a nação. Como disse no começo a proposta do Omar, ela tem alguns objetivos, simplificação, racionalização, melhoria das escolhas técnicas que fazem parte do imposto. Essa é a intenção. Não tenho a menor dúvida que na parte federal a reforma é boa. O melhor seria que a união não tivesse nenhuma ingerência no imposto sobre o consumo. Mas, como eles têm PIS, COFINS, CIDE, Salário-Educação, IPI, não sei o quê, não tenho dúvida que é um avanço você unificar um

imposto de três contribuições, num imposto só, com os mesmos princípios não acumulativos, crédito, imposto contra-imposto. Não tenho dúvidas também, de que a unificação da contribuição social sobre o lucro líquido com o Imposto de Renda, é uma medida que não precisa nem fazer comentário de tão lógica que ela é.

O IPI não entrou. Isso foi o tema muito discutido, porque o Governo Federal diz que o IPI passa a ser instrumento de política econômica de industrialização federal e, ficaria restrito a três ou quatro produtos. Porque a intenção logo de início era entrar o IPI também, como típico imposto de consumo.

Na parte federal, penso até que se deixasse a questão do ICMS, posterior. A parte poderia ser efetivamente, porque é um progresso. Porque você retira várias complicações como PIS, COFINS que são legislações malucas. Você facilita isso para o contribuinte. Facilita para todos.

Teríamos um ganho, se essa dita reforma, que pode não ser uma reforma tão grande assim, só fizesse isso na parte federal e deixasse para pensarmos um pouco melhor na questão dos municípios.

O professor Clève tem absoluta razão, quando ele diz que somente a mudança da origem para o destino já resolve parte da guerra fiscal. Não precisaria haver outras medidas. Responsabilização dos agentes públicos, que fizessem essas reformas, esses incentivos à margem unanimidade do compasso.

A reforma não pretende num primeiro momento tratar de carga tributária. O Governo Federal diz o seguinte, que a carga tributária é a mesma, ela não aumenta e nem diminui. Eles pretendem nesse momento é manter. Lembra a todos nós, que carga tributária é questão de gasto, se o Poder Público gasta mais, ele precisa de mais dinheiro. Para haver uma diminuição da carga tributária brasileira, o estado brasileiro tem que gastar menos. Daí não seria só uma reforma tributária, seria uma reforma fiscal, que abrangeria também a questão dos gastos, que teríamos que ter maiores limitações.

Não é na Constituição que se fixa alíquota, não é por aí. Podemos fazer essa reforma e, depois, por uma alíquota de 10% e resolver tudo. Não é esse o objetivo. Do ponto de vista dos contribuintes, não tenho dúvida de que na parte da unificação dos impostos federais, melhora para o contribuinte, melhora para as empresas. Mesmo na parte se tivéssemos um ICMS harmonizado, com uma legislação federal e com as legislações estaduais harmônicas, isso também ajudaria e muito os contribuintes, não tenho a menor dúvida.

Como apontou o professor Clève, temos outras medidas. Inclusive, o professor Geraldo Ataliba que já morreu há 15 anos atrás, sempre dizia: “Nós não precisamos fazer reforma tributária nenhuma a nível constitucional para melhorar o sistema tributário.” Basta você reformar ou fazer novas leis ordinárias. Nós aqui do estado melhorarmos a nossa, reconhecemos crédito para tudo, reconhecemos que ICMS não deve bater nos investimentos. Nós, mesmo domesticamente, podemos fazer essas reformas. Em alguns estados, desde o Paraná, têm feito um esforço nessa direção.

Como diz o professor Geraldo Ataliba: “Imposto bom é imposto velho.” Não é imposto que traz sempre novas questões jurídicas, dos tribunais, etc. Então se pudéssemos preservar essas garantias que já temos hoje, dos conceitos já estratificados. Afinal de contas o ICM foi introduzido, no Brasil, em 1965. Nós teremos um ganho nisso e automaticamente vendo o que os outros países estão fazendo.

A reforma, penso, que ela melhora, principalmente, no aspecto federal. Ela traz uma racionalização, uma simplificação. Na parte do imposto federativo, em função dele pertencer a 27 federadas, isso traz uma complicação muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Quero agradecer a presença dos nossos palestrantes, a presença dos nossos Secretários, Deputados de estado, a presença de cada uma das senhoras e dos senhores. A colaboração do Instituto do Paraná, que nos possibilita termos aqui simultaneamente o impostômetro e, também dizer que dessa Audiência Pública, já foi elaborado pelo nosso competente José Carlos Portela. A carta do Paraná em relação a essa Sessão Especial de reforma tributária. Agradeço e passo as considerações finais ao nosso Presidente da Assembléia, o Deputado Nelson Justus.

Desde já agradeço a confiança, a amizade, o carinho e o respeito que nutrimos reciprocamente um pelo outro. Não seria possível Nelson, desenvolver esse trabalho na CCJ se não fosse o apoio incondicional de V. Exa.

O SR. NELSON JUSTUS (DEM)

Só me resta agradecer a todas as senhoras e senhores, aos Secretários de Estado, aqui presente, aos Deputados, cumprimentar o Durval, o nosso grande companheiro que tem dado uma demonstração viva de competência ao presidir a CCJ.

Quero aqui em meu nome pessoal, fazer um agradecimento especial a duas pessoas que sempre estão presentes em todos os pedidos, nas suas áreas, sejam similares ou não, mas sempre estiveram junto com a Assembléia Legislativa. Refiro-me ao meu amigo Clève e ao meu amigo Heron, que embora de cabeça inchada depois daquele estupro que sofremos ontem, em Porto Alegre...

(Risadas)

...está aqui desde cedo, sempre se fazendo presente em todos os nossos pedidos, aos nossos chamamentos, aos nossos anseios, as nossas dúvidas e, de igual maneira o Clemerson que pouca gente sabe, mas muitas vezes e, não foram poucas às vezes, que o Dr. Clève auxilia juridicamente e graciosamente a Assembléia Legislativa.

Faço questão de fazer esse agradecimento público a esses dois homens de bem, que são amigos da nossa Casa. No mais quero agradecer as senhoras e aos senhores e desejar a todos um bom dia.

Levanta-se a Sessão.

